



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**SÃO LUIS/MA
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**SR/DPF/MA
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União
CRH – Coordenação de Recursos Humanos
DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA
DPF/ITZ/MA – Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA
DG – Direção Geral
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DPF – Departamento de Polícia Federal
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DREX – Delegacia Regional Executiva
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PPA – Plano Plurianual
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SR/DPF/MA - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Maranhão
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC - Setor Técnico-Científico
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

QUADROS

Quadro I – Organograma Funcional	8
Quadro II – Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	23
Quadro III - Produtividade do GSI (período de junho a dezembro/2011)	26
Quadro IV – Produtividade de polícia judiciária da SR/DPF/MA	27
Quadro V – Ações de melhoria administrativa e valorização do servidor	28
Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	29
Quadro VII – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	30
Quadro VIII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	31
Quadro IX – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	32
Quadro X – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	Erro! Indicador não definido.
Quadro XI – Força de trabalho da UJ– Situação apurada em 31/12	Erro! Indicador não definido.
Quadro XII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	35
Quadro XIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	35
Quadro XIV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	36
Quadro XV – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	36
Quadro XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	36
Quadro XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	37
Quadro XVIII - Composição do Quadro de Estagiários	Erro! Indicador não definido.
Quadro XIX - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	37
Quadro XX – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	38
Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	39
Quadro XXII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	Erro! Indicador não definido.

Quadro XXIII – Estrutura de controles internos da UJ	42
Quadro XXIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	44
Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	46
Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	46
Quadro XXVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	47
Quadro XXVIII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	48
Quadro XXIX – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	49
Quadro XXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	50
Quadro XXXI – Estatística de Passaportes	51
Quadro XXXII – Estatística do DEPOM (Delegacia de Polícia Marítima)	51
Quadro XXXIII – Estatística de Produtos Químicos	52
Quadro XXXIV – Estatística da Delegacia de Segurança Privada	53
Quadro XXXV – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia	55
Quadro XXXVI - Operações da SR/DPF/MA	56
Quadro XXXVII – Apreensões de Entorpecentes	72
Quadro XXXVIII – Produção do SINARM	72
Quadro XXXIX – Atividades do Setor Técnico-Científico	73
Quadro XL – Comparativo de Laudo Emitidos	73
Quadro XLI – Atividades de Capacitação de Servidores	74
Quadro XLII – Estatística das Delegacias	78

ANEXOS

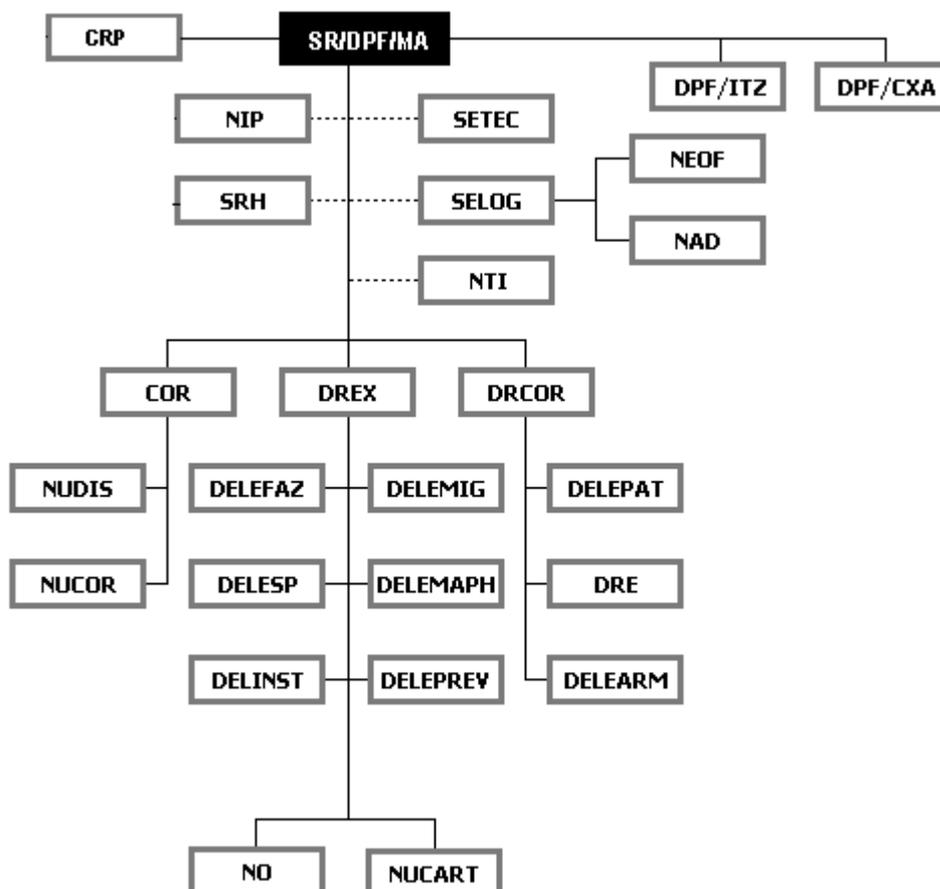
Declaração da área responsável pela Gestão de Contratos	81
Informações Contábeis da Gestão	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
A- CONTEÚDO GERAL	23
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	23
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	24
2.1) Responsabilidades Institucionais	24
2.1.1) Competência Institucional.....	24
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	25
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	25
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011.....	25
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício 2011	25
2.3) Desempenho Orçamentário/Financeiro	29
2.3.1) Programação orçamentária da despesa.....	29
2.3.2) Execução Orçamentária da Despesa.....	30
2.3.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	30
2.3.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	30
2.3.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	31
2.3.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	32
3. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	33
3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	33
4. RECURSOS HUMANOS	34
4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	34
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	36
4.3) Composição do Quadro de Estagiários	37
4.4) Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	37
4.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	38
4.5.1) Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	38
4.6) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	40
5. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	42
5.1) Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	42

6. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	42
6.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	42
7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	44
7.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	44
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	46
8.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	46
9. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS N°S 5.355/2005 E 6.370/2008.....	48
9.1 Despesas com cartão de crédito corporativo	48
10. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	49
10.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	49
11. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 2011	50
RESULTADOS E CONCLUSÕES	79

Quadro I – Organograma Funcional



Conforme disposto no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, bem como na IN nº 013/2005-DG/DPF, alterada pela IN nº 039/2010-DG/DPF, tem-se, abaixo, as competências e atribuições das diversas delegacias, setores e núcleos que compõem a estrutura organizacional da SR/DPF/MA:

* Foi expedida nova a portaria Nº 2.877, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011, aprovando o novo regimento interno do DPF, mas sua publicação e início da vigência não ocorreu em 2011.

SR/DPF/MA – À Superintendência Regional, na sua área de atuação, compete:

I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;

IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

CRP – O Conselho Regional de Polícia é presidido pelo Superintendente Regional, sendo uma entidade consultiva destinadas a orientar as atividades policiais e administrativas em geral, no âmbito da Superintendência Regional, e a opinar nos assuntos de relevância institucional, tendo como membros o Delegado Regional Executivo, o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, o Corregedor Regional, o Chefe do Núcleo de Inteligência Policial, o Chefe do Setor Técnico-Científico, o Chefe do Setor de Recursos Humanos, o Chefe do Setor de Administração e Logística Policial, podendo participar os Chefes das Delegacias descentralizadas (DPF/CXA e DPF/ITZ).

NIP – Ao Núcleo de Inteligência Policial compete:

I - executar as ações de inteligência, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem com apoiar as demais unidades na execução de suas ações de inteligência remetendo relatório circunstanciado ao Diretor da DIP;

II - produzir conhecimentos de inteligência policial, bem como efetivar seu aproveitamento, tendo em vista subsidiar as decisões do Superintendente;

III - manter, com exclusividade, canal de comunicação institucional com os órgãos regionais do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

IV - centralizar e controlar o recebimento e a expedição de documentos sigilosos junto aos órgãos regionais do SISBIN e do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

V - elaborar análises sobre a criminalidade, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente;

VI - coordenar o Centro Regional de Inteligência de Sinais – CRIS, fiscalizando o cumprimento das normas e diretrizes correlatas;

VII - compor a Comissão Regional de Segurança (CSR) e efetuar o credenciamento dos demais membros;

VIII - manifestar-se sobre as demandas de suprimento de fundos de caráter sigiloso – verba secreta, bem como controlar o emprego dessas verbas, efetuando o arquivamento das respectivas prestações de contas;

IX - executar medidas referentes às atividades de contra-inteligência policial, em sua área de atuação, bem como orientar as de análise de dados de inteligência executadas pelas demais unidades descentralizadas;

X - cumprir as determinações contidas nos Planos de Inteligência e de Contra-Inteligência Policiais do DPF;

XI - produzir os conhecimentos de inteligência policial decorrentes do Plano de Inteligência e Contra-Inteligência Policiais;

XII - registrar o recebimento e a expedição, bem como processar os documentos sigilosos ou de interesse da Superintendência, mantendo um protocolo específico para controlá-los;

XIII - manter materiais e equipamentos de uso e emprego controlados;

XIV - ordenar, arquivar e recuperar documentos antes de seu processamento;

XV - cumprir as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais, referentes às atividades de criptografia;

XVI - controlar a concessão, revalidação e cancelamento da Credencial de Segurança dos servidores lotados na Superintendência;

XVII - proceder às investigações de segurança de servidores designados para a atividade de inteligência, bem como dos prestadores de serviços contratados a qualquer título;

XVIII - proceder à investigação social de candidatos, por ocasião da realização de concursos públicos para ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos;

XIX - selecionar e submeter à apreciação da DIP os nomes dos servidores a serem lotados na unidade e solicitar autorização em caso de dispensa;

XX - indicar ao Superintendente, servidores para estágios e cursos na área de inteligência;

XXI - elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Segurança Orgânica, na sua área de atuação;

XXII - implementar e consolidar o Manual de Inteligência e o Manual de Segurança da Informação da Atividade Inteligência Policial, na área de atuação da Superintendência;

XXIII - expedir, registrar e controlar ordens e relatórios de missão policial sobre as operações policiais de sua atribuição;

XXIV - enviar ao Diretor da DIP o Relatório Anual e Estatístico das ações de inteligência e o termo de transferência e inventário dos documentos sigilosos, materiais e equipamentos controlados sob sua responsabilidade.

NTI – Ao Núcleo de Tecnologia da Informação compete:

I - executar as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas às atividades de telecomunicações e informática emanadas das unidades centrais;

III - executar, controlar e fiscalizar o emprego dos recursos de telecomunicações e informática das unidades descentralizadas;

IV - executar, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações;

V - acompanhar, controlar e promover as atividades de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e configurações de informática locais;

VI - efetuar os remanejamentos da infra-estrutura e componentes da rede de telecomunicações e informática, bem como a manutenção e suporte técnico da rede DPFNet;

VII - orientar, controlar e fiscalizar a execução de contratos com empresas prestadoras de serviços da área de telecomunicações e de informática;

VIII - executar as atividades relacionadas com transmissão e recepção de mensagens;

IX - prestar apoio técnico em telecomunicações e informática no desenvolvimento de operações policiais, na área de atuação da Superintendência;

X - propor o orçamento de suas atividades, executando-o de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CTI/DLOG.

SETEC – Ao Setor Técnico-Científico compete:

I - planejar, controlar, orientar e avaliar a execução das ações periciais;

II - remeter ao Diretor da DITEC os resultados das atividades descritas no inciso anterior, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

III - colaborar com os Institutos locais de Criminalística e de Identificação, tendo em vista o aprimoramento e a racionalização das atividades técnico-científicas;

IV - promover o desenvolvimento de projetos, atividades de estudos e pesquisas no campo da criminalística e da identificação papiloscópica;

V - propor, participar da elaboração e fiscalizar a execução de convênios e contratos com órgãos e entidades congêneres;

VI - promover a publicação e a divulgação de informativos relacionados com sua área de atuação, nas unidades descentralizadas;

VII - organizar, controlar e manter registros de dados e impressões digitais de pessoas indiciadas em inquéritos policiais ou acusadas em processos criminais no território nacional e de estrangeiros sujeitos ao registro no País, bem como os registros dos servidores lotados na Superintendência;

VIII - expedir, organizar e manter o acervo de laudos e outros documentos;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e aos Diretores do INC/DITEC e do INI/DITEC.

SRH – Ao Setor de Recursos Humanos compete:

I - executar as atividades de administração de recursos humanos, na área de atuação da Superintendência;

II - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes relativas à administração de recursos humanos, emanadas das unidades centrais;

III - executar e controlar os assentamentos individuais referentes à frequência, registros de lotação, horas trabalhadas e férias;

IV - propor e implementar a melhoria de técnicas e instrumentos de gestão de pessoal, objetivando reduzir custos e racionalizar rotinas e processos de trabalho;

V - atualizar, controlar e manter os registros de lotação real e efetiva;

VI - expedir declarações funcionais;

VII - elaborar, compatibilizar e atualizar o Plano de Férias;

VIII - organizar, controlar e atualizar o mapa demonstrativo da lotação do pessoal;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da CRH/DGP.

SELOG – Ao Setor de Administração e Logística Policial compete:

I - elaborar a proposta orçamentária, na área de atuação da Superintendência;

II - acompanhar e promover a execução orçamentária e financeira, bem como fiscalizar seus atos, de acordo com a programação estabelecida e os cronogramas propostos;

III - promover estudos e proposições de pedidos de recursos orçamentários;

IV - planejar, controlar e promover a execução das atividades administrativas e de apoio logístico;

V - orientar e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;

VI - propor e implementar a melhoria de métodos e técnicas administrativas, objetivando a previsão de despesas, estimativa e atualização de custos, bem como a racionalização e simplificação de rotinas e processos de trabalho;

VII - elaborar propostas e subsidiar estudos tendo em vista a instalação, transferência, ativação e desativação de unidades, na área de atuação da Superintendência;

VIII - adequar os diversos relatórios administrativos setoriais, tendo em vista a consolidação do Relatório Anual de Atividades da Superintendência;

IX - dispor dos dados para a elaboração do Plano de Metas Anual, do Relatório Anual de Atividades e da Tomada de Contas Anual;

X - propor a suplementação de créditos;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Superintendente e ao Coordenador da COAD/DLOG.

NEOF – Ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, subordinado ao SELOG, compete:

I - promover a execução orçamentária e financeira;

II - observar e implementar as técnicas e processos utilizados nos Planos Plurianuais - PPA;

III - propor a abertura de créditos adicionais indispensáveis ao atendimento das necessidades do DPF e as alterações de rubrica e redistribuição de créditos orçamentários;

IV - preparar o plano de distribuição de créditos adicionais e de recursos especiais;

V - executar as atividades de registro de conformidade diária;

VI - atualizar e manter o rol dos responsáveis da Superintendência;

VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe do SELOG.

NAD – Ao Núcleo Administrativo, subordinado ao SELOG, compete:

I - executar as atividades de administração de material;

II - adquirir, guardar, distribuir, baixar e controlar os materiais e os bens móveis e imóveis da Superintendência;

III - controlar, distribuir e fiscalizar a utilização do material permanente da Superintendência, incluindo armamentos, munições e viaturas;

IV - implementar técnicas e instrumentos de acompanhamento e controle da utilização e disponibilidade dos recursos materiais;

V - controlar a disponibilidade de armamentos, munições e viaturas das Delegacias descentralizadas;

VI - executar o inventário anual da Superintendência;

VII - controlar e fiscalizar a transferência de bens móveis;

VIII - controlar e registrar os bens imóveis da Superintendência;

IX - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe do SELOG.

Compete, ainda, ao Núcleo Administrativo:

I - executar as atividades de controle, manutenção e abastecimento da frota de veículos;

II - receber, disponibilizar e baixar as viaturas oficiais à disposição da Superintendência, bem como zelar pelo uso e guarda;

III - controlar e fiscalizar a distribuição de viaturas, bem como organizar, atualizar e manter o seu cadastro;

IV - contratar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção e recuperação de viaturas, bem como controlar o consumo de combustível, lubrificantes, a aquisição de peças, pneus e demais acessórios;

V - promover a aquisição de peças, pneus e demais acessórios automotivos;

VI - contratar e fiscalizar serviços de reparo e manutenção de veículos da sua frota;

VII - registrar infrações de trânsito, acidentes e outras ocorrências, bem como apurar os danos decorrentes de acidentes envolvendo viaturas da Superintendência;

VIII - receber, enumerar, registrar, distribuir e controlar expedientes e outros documentos em circulação, de acordo com as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;

IX - formalizar e acompanhar expedientes e processos, informando sobre seu andamento;

X - promover a distribuição de Aditamento de Serviço e outras publicações de interesse da Superintendência;

XI - controlar e manter os arquivos de expedientes e outros documentos recebidos e expedidos;

XII - preparar e expedir malotes;

DREX – À Delegacia Regional Executiva compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas de imigração, previdenciária, fazendária, defesa institucional, controle de segurança privada e de meio ambiente e patrimônio histórico;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas aos crimes de sua atribuição, na área de atuação da Superintendência, informando o Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - acompanhar, controlar e executar as atividades de segurança física das instalações da Superintendência;

V - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

VI - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VII - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades descentralizadas subordinadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VIII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

IX - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

X - controlar a guarda, destinação, utilização e conservação de bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XI - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIII - elaborar as escalas, coordenar e controlar o serviço de plantão;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XVI - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DIREX.

DELEFAZ – À Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, subordinada à DREX compete:

I – executar ações policiais relativas às atribuições definidas no art. 34, I e II, deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as

diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II – articular-se com órgãos públicos e instituições em âmbito regional, a fim de dispor de informações estratégicas no combate a organizações criminosas especializadas no cometimento de crimes cuja apuração seja de sua atribuição, comunicando os resultados obtidos à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários;

III – identificar o modo de atuação das organizações criminosas especializadas na prática dos delitos cuja apuração seja de sua atribuição, produzindo relatórios de conhecimento estratégico que deverão ser remetidos à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários;

IV – dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, os resultado das ações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários.

DELEMIG – À Delegacia de Polícia de Imigração, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 44 deste Regulamento, informando ao Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em práticas de entrada, trânsito, estada e saída irregular ou ilegal de estrangeiros;

III - apurar os atos ilícitos praticados por estrangeiros que almejam permanecer/sair irregularmente no/do País, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir as infrações objeto de sua atribuição;

IV - fiscalizar os meios de transporte de curso internacional e da documentação de viagem de pessoas que entrem/saiam no/do País;

V - efetuar visitas às embarcações de curso internacional, bem como fiscalizar os respectivos tripulantes;

VI - conceder passaportes, laissez-passer e vistos de saída;

VII - efetuar gestões junto às unidades descentralizadas da INTERPOL, tendo em vista a colaboração de esforços na localização de estrangeiros para fins de extradição;

VIII - fiscalizar a orla marítima, lagos e rios navegáveis de curso internacional;

IX - adotar medidas preliminares relativas à deportação e expulsão, bem como efetuar o embarque e desembarque de deportandos e expulsandos e a repatriação de clandestinos e impedidos;

X - promover ações para a gestão, implementação e articulação do SINPI, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

XI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DCIM, DICRE, DPREC e DPAS/CGPI/DIREX.

DELESP – À Delegacia de Controle de Segurança Privada, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 50 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - exercer o controle operacional de fiscalização, apurando as infrações verificadas no processo de formação e aperfeiçoamento de vigilantes e no de habilitação e funcionamento de empresas especializadas em serviços de segurança privada;

III - receber, instruir, sanear expedientes protocolizados pelas empresas de segurança privada e, no que couber, pelas executantes de serviços orgânicos de segurança, encaminhando-os com parecer conclusivo à CGCSP/DIREX;

IV - promover a triagem de candidatos selecionados para prestação de serviço de guarda e vigilância bancária;

V - autorizar a abertura de escritório operacional vinculado à filial da empresa que esteja autorizada, na circunscrição da Superintendência;

VI - autorizar a mudança de endereço da empresa, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VII - instruir o pedido de autorização de funcionamento das empresas executantes de serviços orgânicos de segurança, no âmbito da circunscrição da Superintendência, bem como renovar a sua autorização de funcionamento, por meio de revisão anual;

VIII - realizar vistorias e aprovar os planos de segurança dos estabelecimentos financeiros;

IX - promover e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SISVIP, na área de atuação da Superintendência;

X - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e aos Chefes da DICOF e DAPEX/CGCSP/DIREX.

DELEMAPH – À Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 36 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural público;

III - apurar os atos ilícitos de dano ao meio ambiente, praticados em detrimento do equilíbrio dos ecossistemas, fauna, flora e recursos minerais, da biodiversidade, da sobrevivência de espécimes ameaçados de extinção, o tráfico de animais silvestres, a biopirataria, dentre outros previstos em lei;

IV - apurar os atos ilícitos de dano ao patrimônio público como ações de vandalismo e depredação perpetradas contra monumentos, jardins e construções, os roubos e furtos de relíquias, peças e acervo bibliográfico e documental, todos de reconhecido valor histórico e cultural, dentre outros previstos em lei;

V - identificar a ação de grileiros, posseiros de “má-fé”, madeireiros e garimpeiros de ação predatória, de traficantes de material genético e espécimes animais e vegetais protegidos por lei (biotraficantes), em unidades de conservação no interior ou na faixa de fronteira do País, bem como a ação de ladrões, vândalos e depredadores do patrimônio público, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

VI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DMAPH/CGPFAZ/DIREX.

DELINST – À Delegacia de Defesa Institucional, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 25 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas na violação da ordem política e social do País;

III - apurar os atos ilícitos previstos nos acordos e tratados sobre Direitos Humanos dos quais o País é signatário, na Lei de Segurança Nacional, contra a organização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, contra os direitos, patrimônio e vida dos povos e comunidades indígenas, os crimes eleitorais, de Imprensa e os previstos no art. 7º do CPB, aqueles cometidos a bordo de navios e aeronaves, exceto os de atribuição da Justiça Militar, e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - expedir, implementar e controlar medidas administrativas relacionadas ao registro, controle, fiscalização e recolhimento de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições, bem como à concessão de autorização para compra de munição;

VI - executar e fiscalizar as atividades relativas ao Plano de Segurança Física das instalações da Superintendência;

VII - executar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINARM, no âmbito da circunscrição da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DSD/CGDI/DIREX.

DELEPREV – Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, subordinada à DREX, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 35 deste Regulamento, informando o Delegado Regional Executivo sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas em lesar a previdência pública;

III - apurar as fraudes praticadas em detrimento da Previdência Social e outros atos ilícitos correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de falsários, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir a falsificação documental, bem como outros crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional Executivo e ao Chefe da DPREV/CGPFAZ/DIREX.

NUCART – Ao Núcleo de Cartório, subordinado à DREX, compete:

- I - programar, formalizar e controlar a instauração de inquéritos policiais que tramitam na respectiva Delegacia especializada, conforme prioridades e diretrizes estabelecidas pelo Delegado Regional e emanadas das unidades centrais;
- II - realizar a distribuição dos inquéritos policiais entre o efetivo de escrivães;
- III - autuar portarias e demais peças pertinentes ao inquérito policial;
- IV - escriturar os dados relativos a procedimentos judiciários nos respectivos livros de registro, bem como manter os registros cartorários atualizados;
- V - expedir a Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, bem como outras certidões, atestados e documentos correlatos;
- VI - acondicionar e guardar o material apreendido, objetos de inquérito policial, zelando pela sua manutenção;
- VII - organizar e controlar cronograma de audiências;
- VIII - registrar e controlar as intimações expedidas pela respectiva Delegacia especializada;
- IX - controlar e acompanhar as correições efetuadas;
- X - organizar, atualizar e manter arquivos de indiciados e também o arquivo de cópias de inquéritos policiais, em ordem numérica e segundo a seguinte ordem de classificação: arquivados, denunciados, condenados, absolvidos e egressos;
- XI - enviar os autos do inquérito policial à COR;
- XII - controlar a remessa da amostragem do material apreendido ao SETEC;
- XIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao material apreendido, às intimações expedidas e ao andamento dos inquéritos policiais de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe imediato.

NO – Ao Núcleo de Operações, subordinado à DREX, compete:

- I - executar operações policiais, visando à investigação, prevenção e repressão a crimes e outras infrações correlatas de atribuição da respectiva Delegacia especializada;
- II - organizar, atualizar e manter registros operacionais relativos a suspeitos, indiciados, locais de incidência criminal, ações desencadeadas e o modus operandi de organizações criminosas, de modo a subsidiar a realização das ações executivas, de controle e de inteligência e avaliar os seus resultados operacionais;
- III - utilizar e controlar o efetivo de pessoal e de recursos logísticos necessários à execução das ações de sua atribuição;
- IV - arrecadar material utilizado na prática de infrações penais;
- V - cumprir mandados, localizar pessoas e executar prisões em flagrante;
- VI - repassar à respectiva Delegacia especializada denúncias, informes ou informações sobre notícias-crime, tendo em vista a instauração de procedimentos investigatórios;
- VII - registrar pedidos de diligências, bem como controlar a expedição de ordens e relatórios de missão policial;
- VIII - desenvolver e relatar ações de busca das informações necessárias às atividades investigatórias de atribuição da respectiva Delegacia especializada, tendo em vista propiciar a conclusão dos procedimentos apuratórios em andamento;
- IX - prestar o apoio logístico necessário às equipes de policiais de outras unidades que venham realizar operações policiais dentro da sua circunscrição;
- X - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das ações e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Chefe imediato.

DRCOR – À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado compete:

I - propor diretrizes de planejamento operacional referentes à persecução de crimes nas áreas financeira, patrimonial, tráfico e comércio ilícito de armas, tráfico e comércio ilícito de entorpecentes e drogas afins, e de ações relacionadas ao controle e à fiscalização de produtos e insumos químicos;

II - planejar, controlar, apoiar, executar e acompanhar operações policiais relativas às suas atribuições, na área de atuação da circunscrição da Superintendência, informando ao Superintendente sobre seus resultados;

III - controlar e fiscalizar o andamento das investigações e acompanhar os inquéritos policiais correlatos à apuração de crimes da sua atribuição, que se encontram sob responsabilidade de suas unidades subordinadas;

IV - articular-se diretamente com o Superintendente sobre os assuntos relacionados ao provimento de recursos humanos, materiais e financeiros, na sua área de atuação;

V - orientar e fiscalizar a atuação das suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - distribuir o efetivo do pessoal entre suas Delegacias e demais unidades subordinadas descentralizadas, bem como avaliar o desempenho funcional de seus servidores;

VII - distribuir recursos financeiros e materiais às suas unidades subordinadas, bem como fiscalizar o estado de conservação do material distribuído;

VIII - controlar a guarda, a destinação, a utilização e a conservação de bens apreendidos nas operações policiais de sua atribuição, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

IX - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual da Superintendência;

X - homologar o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT) e acompanhar a execução do PCDRH, nos assuntos pertinentes a eventos de polícia judiciária, na área de atuação da Superintendência;

XI - controlar a utilização e zelar pela conservação dos bens apreendidos, bem como propor e opinar sobre a custódia provisória e a cessão definitiva de tais bens;

XII - controlar as autorizações de abastecimento de viaturas;

XIII - controlar a utilização e zelar pela manutenção dos armamentos, munições e demais equipamentos e acessórios operacionais sob sua responsabilidade;

XIV - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e do Plano de Metas Anual da Superintendência;

XV - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Diretor da DCOR.

DRE – À Delegacia de Repressão a Entorpecentes, subordinada à DRCOR, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 61 deste Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com as unidades integrantes do Sistema de Prevenção e Repressão a Entorpecentes – SIREN, instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no comércio ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins, bem como em desvios ilícitos de produtos e insumos químicos utilizados em seu processamento;

III - apurar os crimes de tráfico de entorpecentes e drogas afins, de produção, distribuição e comércio não autorizados de produtos e insumos químicos controlados, previstos em lei, e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - promover e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SIREN e do Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, na área de atuação da Superintendência;

VI - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e aos Chefes da DIREN e DCPQ/CGPRE/DCOR.

DELEPAT – À Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio, subordinada à DRCOR, compete:

I – investigar e executar operações policiais relativas aos crimes previstos no art. 57, I, deste Regulamento;

II – articular-se com instituições e órgãos públicos em âmbito regional, a fim de obter informações estratégicas no combate a organizações criminosas especializadas na prática de crimes de sua atribuição;

III – coordenar e prestar apoio operacional às investigações e operações policiais relativas aos crimes previstos no art. 57, I, deste Regulamento, quando desenvolvidas pelas delegacias descentralizadas vinculadas à sua superintendência regional;

IV – identificar similaridades de incidências criminais, perpetradores e modos de atuação, visando à produção de conhecimento estratégico, à otimização de recursos e à implementação de rotinas para repressão uniforme dos crimes de sua atribuição;

V – compilar os resultados das atividades e operações policiais desenvolvidas no âmbito de sua atribuição, submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da Divisão de Repressão a Crimes contra o Patrimônio.

DELEARM – À Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinada à DRCOR, compete:

I - executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 56 deste Regulamento, informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no contrabando e comércio ilícito de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições;

III - apurar os crimes de tráfico de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições e outros correlatos de atribuição do DPF;

IV - identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;

V - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da DARM/DCOR.

COR – À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

- II - planejar e executar o Plano de Correições;
- III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;
- IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;
- V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;
- VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;
- VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;
- VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;
- IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

NUCOR – Ao Núcleo de Correições, subordinado à COR, compete:

- I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correccionais das delegacias especializadas e descentralizadas;
- II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;
- III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciários, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;
- IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,
- V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;
- VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;
- VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;
- VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

NUDIS – Ao Núcleo de Disciplina, subordinado à COR, compete:

- I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;
- II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;
- III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;
- IV - executar prisão disciplinar;
- V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;
- VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;
- VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA – Às Delegacias de Polícia Federal no interior do Estado, subordinadas à SR/DPF/MA, competem:

I - planejar, controlar, apoiar e executar as operações policiais relacionadas aos crimes de competência do DPF, no âmbito da sua circunscrição, informando o Superintendente sobre seus resultados tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;

II - elaborar estudos sobre a incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista fixar prioridades e adotar medidas para o aperfeiçoamento do desempenho de sua logística operacional;

III - administrar os recursos humanos e logísticos, abrangendo equipamentos policiais, armamentos, munições e viaturas e os recursos de informática e de telecomunicações colocados à sua disposição, em consonância com as normas e diretrizes emanadas pelas unidades centrais;

IV - apoiar as unidades centrais nas atividades de inspeção, dispondo de normas, jurisprudências e outros meios facilitadores de suas ações;

V - cumprir as diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, no âmbito da sua circunscrição, relativas às atividades de investigação, prevenção e persecução aos crimes de atribuição do DPF que exijam repressão uniforme;

VI - propor ao Superintendente a adoção de medidas para a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão policial;

VII - consolidar e encaminhar ao Superintendente sua proposta para a elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Plano de Metas Anual;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência criminal, no âmbito da sua circunscrição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão no ano de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados na parte A e na parte B (informações contábeis da gestão, com um item), do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Alguns itens do Anexo II da Decisão Normativa do TCU nº 108/2010 não foram incluídos no presente Relatório, pelos motivos a seguir:

O item 2.c - Programas de governo sobre a responsabilidade da UJ constará no Relatório de Gestão do órgão central do DPF, visto que os dados sobre programa e ações são preenchidos pelo gerente do programa;

Com relação ao item 2.d.I, a programação orçamentária originária das despesas é realizada apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não é incluída no presente Relatório, portanto não se aplica;

O item 2.d.II – Execução Orçamentária das Despesas, não se aplica em parte à Unidade, tendo em vista que a SR/DPF/MA opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação;

No que se refere ao item 2.d.III não se aplica, pois ainda não há indicadores institucionais na Polícia Federal nem na SR/DPF/MA;

Os itens 3, 14 e 16 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional.

O item 6 do Anexo II da DN 108/2010 TCU, não se aplica a esta Unidade tendo em vista que a SR/DPF/MA não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, posto que tal atribuição é privativa do órgão central do Departamento de Polícia Federal.

O item 12 da parte A está a critério da Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF e será respondido no Relatório de Gestão do órgão central.

Não houve recomendações da Controladoria–Geral da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2011.

O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, pois os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

As principais realizações da Unidade, no exercício de 2011, foram direcionadas para otimizar as atividades de polícia judiciária, bem como as deflagrações de operações policiais que reprimiram os crimes combatidos pela Polícia Federal. No que diz respeito à melhoria das atividades de polícia judiciária foram implementadas diversas ações voltadas a identificar e resolver os problemas que retardavam a conclusão dos inquéritos, bem como para permitir maior atuação na área operacional. Dentre as ações adotadas merecem destaque: a criação do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI que passou a ter dedicação exclusiva sobre os Inquéritos com mais de 05(cinco) anos de tramitação; criação da Operação Caravelas, com a finalidade de realizar diligências, dentro da circunscrição da

SR/DPF/MA, relacionadas aos IPL's mais antigos; adoção de metas de produtividade e criação de incentivos, considerando como índices a instauração e conclusão de inquéritos; otimização dos serviços do Núcleo de Correições da Corregedoria Regional – NUCOR/COR/SR/DPF/MA, através da redução do número de inquéritos sob a responsabilidade do chefe do setor visando priorizar as atividades correcionais com ênfase na avaliação da condução das investigações e regularidades formais.

Com relação às realizações ligadas à atividade-fim da unidade, houve a reestruturação da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR que passou a concentrar a coordenação de todas as atividades operacionais da SR e das delegacias descentralizadas (DPF/CXA e DPF/ITZ) com deflagração de várias operações policiais, tais como DONATÁRIOS e USURA (combate aos desvios de recursos públicos), DESMANTELO (contra fraudes bancárias), RÁDIO PIRATA I e II (contra estabelecimentos clandestinos de radiodifusão), VENDAVAL, SERTÃO e PERITORÓ (contra assaltos a banco e agências dos Correios), DUAS CARAS (contra os crimes previdenciários) além da Operação ARCO DE FOGO/DEFESA DA VIDA, com base instalada em Santa Inês/MA, desde 2009, contra os crimes ambientais.

As principais dificuldades para realização dos objetivos desta Unidade Jurisdicionada recaíram, em geral, nas limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, da Presidência da República, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011, cujo impacto repercutiu, sobretudo, nas áreas de atuação institucional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões.

A- CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro II – Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Maranhão			
Código SIORG: 1152	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200388
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(098)3131-5100	(098)3131-5102	(098)3131-5103
E-mail: gab.srma@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Daniel De La Touche, nº 4000, Bairro COHAMA, 65.074-115, São Luis/MA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Através da Portaria nº 181/65 do então Diretor Geral do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, autorizado pelo disposto no Art. 397, § 2º do Decreto nº 56510/65 foi criada a Sub-delegacia no Estado do Maranhão instalada em 24/01/1966, posteriormente transformada em Divisão de Polícia Federal			

(1972) e finalmente através do Decreto nº 75.398, de 19 de fevereiro de 1975 passou a Superintendência Regional de Departamento de Polícia Federal no estado do Maranhão, tendo sua estrutura organizacional inserida na Instrução Normativa nº 13/2005, do DG/DPF, de 15/06/05, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.	
- FUNAPOL : - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.	
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno do DPF.	
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, alterada pela IN nº 039/2010, de 05/10/10.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200388	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão (Tesouro)
200389	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Maranhão (Funapol)
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200388	00001
200389	00001

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades Institucionais

2.1.1) Competência Institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Maranhão (SR/DPF/MA).

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, a Previdência Social, os serviços postais, a organização do trabalho, os índios, direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe ao DPF, ainda, as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

2.1.2) Objetivos estratégicos

Os principais objetivos estratégicos da Unidade estão inseridos no Plano Estratégico 2010/2022 do Departamento de Polícia Federal aprovado no exercício 2010, que são: fortalecer a cultura de gestão estratégica; valorizar o servidor; ampliar a credibilidade institucional; reduzir a criminalidade; promover a cidadania; incrementar os acordos e parcerias; otimizar o emprego dos bens e recursos materiais; consolidar a governança em tecnologia da informação; integrar o orçamento ao planejamento estratégico.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”, atuando com a atenção focada na sua VISÃO DE FUTURO que é “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A análise do plano estratégico será feita em conjunto com o plano de ação da unidade no próximo item.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício 2011

No exercício de 2011 a atuação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão abrangeu diversas operações de combate aos crimes de sua competência, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas em busca de realizar seu plano estratégico. Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações: de capacitação e valorização do servidor; de ampliação da credibilidade institucional; promoção da cidadania; de racionalização dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis visando a otimização dos bens e recursos materiais; realização de parcerias com diversas instituições públicas, além de operações para prevenir e reduzir a criminalidade. Ressalte-se que a SR/DPF/MA continua realizando suas reuniões periódicas através do Conselho Regional de Polícia que trata sobre os diversos assuntos administrativos da Unidade, além de reuniões com todos os Delegados, para discutir as ações e metas das atividades de polícia judiciária..

Para valorização do servidor, foram adotadas diversas ações de capacitação como realização de cursos, palestras, seminários, com destaque aos cursos policiais tais como o XII Curso de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Operações Policiais – CAPGOP, realizado em São Luis, que contou com 40 representantes de 20 Estados da Federação além de 20 policiais federais lotados no Maranhão.

A Unidade participou com os órgãos centrais do DPF de pesquisa objetivando subsidiar a implantação do processo de Gestão por Competências, através do mapeamento de funções, atribuições e competências junto aos servidores, no período de 10/01 a 25/02/11, no intuito de prestar um melhor atendimento à sociedade brasileira.

Além da continuação da carta de serviços já implementada no exercício anterior, que divulga os serviços prestados, a unidade realizou diversas palestras preventivas em escolas e eventos ao público jovem, visando à repressão ao consumo de drogas e afins que assolam a população brasileira. Neste ano de 2011, houve a 3ª (terceira) realização do Programa CARBONO NEUTRO, através do qual se plantou 883 mudas das árvores Ingá de Metro, Ingá Branco, Moringa e Juçara, na cidade de Codó/MA. O Programa é uma iniciativa pioneira da Polícia Federal que tem como objetivo compensar o meio ambiente pela emissão de gás carbônico lançado na atmosfera, oriundo das suas atividades operacionais e administrativas, em decorrência da utilização de veículos, embarcações, aeronaves, consumo de energia elétrica, entre outros e teve a participação ativa dos alunos do curso de Ciência Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão e do curso de Agro técnica do Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

Com o objetivo de promover à cidadania a unidade trabalhou em prol do reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no Estado do Maranhão como a Base da Operação Defesa da Vida/Arco de Fogo em Santa Inês/MA que contou com o apoio das comunidades da região amazônica através de denúncias contra os crimes ambientais executados na área e investigados a contento pela SR/DPF/MA.

Especificamente relacionado ao planejamento estratégico, o qual visa melhorar a produtividade de polícia judiciária e combater à criminalidade, seguem informações mais detalhadas sobre a atuação do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI e da Operação CARAVELAS.

O GSI foi criado pela Portaria nº 032/2011-GAB/SR/DPF/MA, de 09/06/11, subordinado à Delegacia Regional Executiva – DREX/SR/DPF/MA, com a finalidade de diminuir o número de inquéritos policiais em tramitação na circunscrição da Sede/SR/DPF/MA, em especial procedimentos identificados como “mais antigos”, instaurados até o ano de 2006, que correspondem a 18% (dezoito por cento) dos IPL’s em andamento na SR, possibilitando a aplicação de recursos materiais e de pessoal em investigações atuais, com maior chance de resultado satisfatório. Em apenas 03 meses de serviços a Unidade finalizou 230 Inquéritos no exercício. A metodologia de trabalho aplicada consiste em identificar inquéritos com reais chances de configuração de materialidade e autoria delitiva, de forma a promover o imediato indiciamento dos autores, com elaboração de relatório conclusivo a curto prazo. Abaixo se tem a produção do GSI no exercício, desde a sua criação.

Quadro III - Produtividade do GSI (período de junho a dezembro/2011)

IPLs distribuídos ao GSI	IPLs Concluídos pelo GSI	IPLs em andamento no GSI
527	401	171
Em % →	76%	24%

Fonte: GSI/DREX/SR/DPF/MA

Desse modo, os serviços desenvolvidos pelo GSI foram fundamentais para elevar a produtividade da SR/DPF/MA que alcançou o primeiro lugar entre todas as superintendências do DPF.

Criada em julho/2011 para dar suporte ao GSI, a Operação CARAVELAS é coordenada pela DREX/SR/DPF/MA. Tal operação consistiu na divisão da circunscrição da SR em 04(quatro) Regiões, chamadas de I – Baixada, II – Santa Inês/Bacabal, III – Barra do Corda e IV – Chapadinhas, para onde era deslocada uma equipe de policiais federais composta de 01 delegado, 01 escrivão e 02 agentes, semanalmente. Após encaminhamento de diligências à DREX/SR/DPF/MA, as missões foram realizadas de acordo com a demanda de cada Região e considerando os inquéritos mais antigos. Assim, 16 missões foram executadas no exercício e, num total de 350 diligências a cumprir, 222 foram realmente cumpridas, ocasionando um percentual de 63% de cumprimento.

Abaixo, tem-se o quadro comparativo da produtividade de IPL's entre os exercícios de 2011, 2010 e 2009.

Quadro IV – Produtividade de polícia judiciária da SR/DPF/MA

UNIDADE	ANO/Quantidade de IPL's								
	2011			2010			2009		
	(*)And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.	And.	Inst.	Rel.
SR/DPF/MA(São Luis)	2.748	660	1.511	3.683	748	1.231	4.320	1.259	920
Produtividade (**)	229%			165%			73%		
DPF/CXA/MA	502	195	240	540	239	287	601	166	198
Produtividade	123%			120%			119%		
DPF/ITZ/MA	264	224	421	512	304	481	738	234	249
Produtividade	188%			158%			106%		
TOTAIS	3.514	1.079	2.172	4.735	1.291	1.999	5.659	1.659	1.367
Produtividade	201%			155%			82%		

Fonte: SISCART e COGER/DPF.

* → And = N°s de IPLs em andamento, Inst. – N°s de IPLs instaurados, Rel. = N°s de IPLs relatados ou concluídos.

** → a produtividade se dar por: n° IPLs relatados/n° IPLs instaurados. Para a COGER a produtividade de IPL's a ser atingida tem que ser acima de 100%.

Abaixo, tem-se a posição da SR/DPF/MA em termos de produtividade de IPL's no final dos exercícios de 2011, 2010 e 2009.

2011 – 1ª posição entre todas as superintendências regionais do DPF.

2010 – 3ª posição entre todas as superintendências regionais do DPF.

2009 – 19ª posição entre todas as superintendências regionais do DPF.

Fonte: COGER/DPF

Nota-se que, desde 2010, a unidade vem desenvolvendo métodos bastante eficientes para elevar sua produção de polícia judiciária, saindo de uma modesta 19ª posição para 1ª colocada entre todas as Superintendências do DPF, no presente exercício com 201% de produtividade. Apenas a SR/DPF/MA conseguiu superar 200% de produção. Vale ressaltar, que houve uma redução significativa na carga de IPL's em andamento de 2009 para 2011. 2.145 inquéritos foram concluídos em 02(dois) anos de trabalhos intensos, ou seja, 38%, dos IPL's em andamento no Estado foram relatados. Para alcançar este patamar privilegiado, além do já citado GSI, a Operação CARAVELAS e o Cartório Único criado em 2010, a SR implementou ações de produtividade e criou incentivos aos servidores para atingir seu objetivo de produção. Considerando como índices a instauração e conclusão de inquéritos, foi estabelecido que 150% seria a meta mínima a ser atingida e 250% como meta para obtenção de incentivo. Esta consiste em compensação orgânica de 08 horas a cada 250% de produtividade alcançada, partindo-se do pressuposto que, para obtenção desses resultados, exigiu-se uma dedicação ao trabalho maior que a jornada ordinária, cuja compensação ficou estabelecida nos moldes acima.

Em sua função de polícia administrativa a SR/DPF/MA obteve o maior aumento percentual de arrecadação para o FUNAPOL em 2011, em relação a 2010. Com um total arrecadado de R\$ 4.302.698,15 no ano de 2011, a unidade aumentou em 33,39% o montante arrecadado para o FUNAPOL com relação a 2010, atingindo o primeiro lugar entre todas as unidades arrecadoras da Polícia Federal. Os números acima são resultado dos serviços desenvolvidos pela SR no atendimento ao público de imigração, controle de armas, segurança privada e controle de produtos químicos.

Com a publicação do Decreto nº 7.446, de 01/03/2011 da Presidência da República e da Mensagem Oficial Circular nº 4/11 da DLOG/DG, referente à restrição orçamentária e financeira que resultou na supressão do teto orçamentário das unidades gestoras da PF, a Superintendência realizou o contingenciamento de seus recursos para dar continuidade em seu planejamento operacional e administrativo. Com investigações em andamento no início do exercício a unidade teve que se adequar às restrições orçamentárias impostas pelo citado Decreto e pela Direção-Geral do DPF. A unidade priorizou as missões da Operação CARAVELAS e do Grupo de Saneamento de Inquéritos – GSI, uma vez que são os responsáveis pelo cumprimento de diligências de inquéritos mais antigos, no intuito de concluí-los. O número de operações de médio porte deflagradas diminuiu em relação ao exercício anterior, mas houve execução de operações que combateram os principais crimes demandados no Estado do Maranhão, como as operações DONATÁRIOS, USURA, DESMANTELO, RÁDIO PIRATA I e II, VENDAVAL, SERTÃO, PERITORÓ, DUAS CARAS e ARCO DE FOGO/DEFESA DA VIDA que serão detalhadas mais a frente.

Mesmo com as restrições orçamentárias e financeiras já citadas a SR/DPF/MA conseguiu desenvolver várias ações de melhoria administrativa e valorização do servidor, conforme quadro a seguir.

Quadro V – Ações de melhoria administrativa e valorização do servidor

AÇÃO	OBJETIVO E RESULTADO
Carta de Serviços ao Servidor	Ferramenta de gestão criada pelo DPF seguindo a diretriz de valorização do servidor com o objetivo de divulgar os serviços mais relevantes prestados pelas unidades de gestão de pessoal. O conhecimento dos serviços e processos internos facilitará o seu acesso pelo usuário, aumentando a transparência na sua prestação, tais serviços são: planos de saúde, férias, remoção, exoneração/vacância, aposentadoria, pensão e auxílio funeral. Houve dezenas de acesso à intranet da SR/DPF/MA para tratar do assunto.
Campanha de Vacinação	A Superintendência promoveu campanha de vacinação de seus servidores ativos e inativos e dependentes contra gripe, tétano, febre amarela, hepatite B e tríplice viral em junho e agosto/11. Foram vacinas 112 pessoas. Na DPF/CXA/MA foram vacinadas 42 pessoas entre servidores e dependentes contra a gripe suína, Influenza (H1N1).
Tarifador de Chamadas	Após a instalação completa do SIGEPOL (Sistema Eletrônico de Gerenciamento Policial) e da Cartilha de Sustentabilidade em 2010, a SR realizou, em 2011, o tarifador de chamadas, em cumprimento à IN 25/10-DG/DPF. O sistema permite um efetivo controle por parte da administração de todas as ligações efetuadas, inclusive de prováveis ligações particulares que acarretará na devolução de valores ao erário. Cada servidor possui sua senha particular para realizar uma ligação telefônica.
Projeto Saúde em Ação	A Unidade realizou exames laboratoriais e avaliação médica para controle e bem estar da saúde de seus servidores. O projeto mapeia a situação de saúde dos servidores no âmbito físico, emocional e clínico.
Campanha “Dia das Crianças”	A SR/DPF/MA realizou, no período de 27/09 a 13/10/11, uma campanha interna de arrecadação de brinquedos novos e usados em bom estado de conservação para serem doados às crianças carentes da Comunidade do Bairro de Fátima, na capital maranhense. Foram arrecadados cerca de 80

	brinquedos e distribuídos por servidores da SR às crianças do bairro mencionado.
Sistema VOIP	Instalação definitiva do Sistema Voice Over Internet Protocol – VOIP. O Sistema faz uso da tecnologia de rede da internet para telefonia. Por ser pública e de alcance mundial a internet pode ser usada para o “tráfego” de voz o que resulta em economia em relação à comunicação privada realizada por empresa.
Nova Sede da DPF/CXA/MA	A melhoria na estrutura da unidade foi outra conquista no exercício. Merece relevo a locação de novo prédio para sediar a Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA aumentando em mais de 200% a área construída e elevando sua capacidade operacional. Foram encaminhados novos móveis, viaturas e equipamentos de informática.

Fonte: Intranet/SR/DPF/MA.

Para o exercício 2012 a SR/DPF/MA continuará a dar ênfase à repressão dos crimes mais demandados no Estado, além de planejamento específico de segurança às eleições municipais, e, também, realizar a reorganização de seus setores, núcleos e delegacias, definida no novo Regimento Interno do DPF, publicado em janeiro de 2012. Além, de dar continuidade às ações que elevaram a produtividade de polícia judiciária da Unidade, conseqüentemente, diminuindo, sensivelmente, a carga de inquéritos em andamento.

2.3) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.3.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro VI - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	200388	2000	-	-	4.678.860,39
		0181	9.468,92	-	-
		20CI	-	-	12.705,98
		120M	-	-	25.511,87
	200389	8375	-	-	1.600,00
		2000	-	-	15.399,51
		2679	-	-	189.824,15
		2726	-	-	1.695.250,41
		2720	-	-	176.822,95
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	200388	2000	375.636,73	-	-
	200389	2586	10.700,00	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

As despesas correntes totalizaram R\$ 6.805.444,18 no exercício de 2011. Este montante foi inferior ao executado no exercício 2010 (R\$ 8.204.899,58) devido às restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 7446/11 da Presidência da República que limitou, principalmente as despesas com diárias, passagens, contratos e outras despesas correntes, ocasionando uma redução de

aproximadamente 18% nos gastos, correspondente a uma diminuição de um milhão e quatrocentos mil reais ao ano anterior.

A SR/DPF/MA somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 386.336,73. Deste montante, houve aquisição de materiais permanentes, tais como, móveis e equipamentos de informática (impressoras, notebooks, computadores) para uso das delegacias do interior, principalmente a DPF/CXA/MA, onde houve a instalação da nova sede com ampliação da área construída. A Unidade realizou a compra de 05(cinco) novas impressoras para uso no atendimento ao público de passaporte, agilizando o tempo do serviço prestado à população.

2.3.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.3.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

2.3.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VII – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos Valores em R\$
por movimentação 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	2.441.620,77	2.790.695,59	2.427.868,20	2.790.695,59
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	5.893,32	0,00	5.893,32	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.435.727,45	2.790.695,59	2.421.974,88	2.790.695,59
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.449.966,98	1.525.057,46	1.449.966,98	1.525.057,46
Dispensa	1.375.520,35	1.374.169,37	1.375.520,35	1.374.169,37
Inexigibilidade	74.446,63	150.888,09	74.446,63	150.888,09
Regime de Execução Especial	446.380,94	645.275,00	446.380,94	645.275,00
Suprimento de Fundos	446.380,94	645.275,00	446.380,94	645.275,00
Pagamento de Pessoal	1.616.818,67	2.572.851,03	1.616.818,67	2.572.851,03
Pagamento em Folha ¹	-	-	-	-
Diárias	1.616.818,67	2.572.851,03	1.616.818,67	2.572.851,03
Outros	305.967,21	417.507,73	303.699,37	417.507,73

Fonte: SIAFI

¹ - O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.3.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VIII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	10.436,68	47.939,45	10.436,68	47.939,45	0,00	-	10.436,68	47.939,45
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	9.468,92	19.699,82	9.468,92	19.699,82	0,00	-	9.468,92	19.699,82
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	26.874,65	0,00	26.874,65	0,00	-	0,00	26.874,65
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	967,76	1364,98	967,76	1364,98	0,00	-	967,76	1.364,98
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	6.770.466,66	7.856.069,32	6.283.416,84	7.856.069,32	486.060,82	34752,62	5.189.503,40	7.546.213,65
14 – DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	1.616.818,67	2.572.851,03	1.616.818,67	2.572.851,03	0,00	0,00	1.616.818,67	2.572.851,03
30 – MATERIAL DE CONSUMO	1.052.140,95	922.470,25	749.938,20	922.470,25	302.202,75	28.775,19	749.938,20	767.566,91
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	273.556,75	378.869,59	267.931,94	378.869,59	5.624,81	1.213,17	266.879,08	372.435,51
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	1.083.731,74	1.119.144,29	1.078.893,03	1.119.144,29	4.838,71	0,00	1.078.893,03	1.119.144,29
37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.291.893,67	1.219.405,84	1.241.257,96	1.219.405,84	49.635,71	6.303,85	1.229.558,25	1.104.086,90
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1.031.209,02	1.190.893,55	913.401,19	1.190.893,55	117.818,83	33.622,91	913.401,19	1.157.694,24
47 – OBRIG. TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	53.820,83	34.926,98	53.522,90	34.926,98	297,93	0,00	53.490,50	34.926,98
92 – DESPESAS		57.692,73	146.276,51	57.692,73				

DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	149.157,23				2.880,72	0,00	144.041,07	57.692,73
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	218.137,80	359.815,06	215.376,44	359.815,06	2.761,36	4.764,26	215.376,44	359.815,06

2.3.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro IX – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		147.729,03	197.075,95	147.729,03	45.886,00	147.729,03	197.075,95	88.128,78
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	33.383,60	0,00	33.383,60	0,00	33.383,60	0,00	0,00
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORC	393.707,57	114.345,43	25.372,08	114.345,43	368.335,49	203.309,60	25.372,08	88.128,78
5 – Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

No Quadro VII - *Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação*. Observa-se que não houve lançamentos de Convites, tendo em vista que a aquisição de materiais e serviços são costumeiramente realizadas através de pregão eletrônico, modalidade mais eficiente e eficaz gerando maior economia para administração pública. As contratações diretas foram feitas por dispensa e inexigibilidade, seguindo a legislação vigente, mas seu elevado valor deve-se quase totalmente devidos aos contratos de aluguel das sedes de São Luis/MA e de Caxias/MA(R\$ 1.003.752,45). Registre-se que, no geral, os valores recebidos foram menores que o

exercício anterior, devido às restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 7446/11, da Presidência da República, especialmente em relação a diárias que ocasionou um decréscimo de 38%. Outro ponto relevante para registro é que como consequência das restrições orçamentárias, houve a impossibilidade de contratação de alguns serviços essenciais, como manutenção predial, manutenção de equipamentos de informática e manutenção de aparelhos de ar condicionado nas delegacias de Imperatriz e Caxias, dentre outros.

No Quadro VIII, registramos que o decréscimo de despesas de pessoal foi resultado, especialmente, da inexistência de sentenças judiciais. Os demais decréscimos de despesas são decorrentes dos cortes mencionados no quadro anterior. Por fim, com relação às despesas de exercícios anteriores, houve uma política de liberação de tais recursos para evitar pendências, daí o aumento de gastos.

Com relação ao Quadro IX referente a Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação, a Unidade realizou despesas apenas no item 52 – Equipamento e Material Permanente. Registre-se como fato positivo o recebimento, pela unidade, de mais créditos orçamentários durante o ano de 2011 em relação ao ano anterior, para a aquisição de material permanente. Isto possibilitou a compra de mobiliário para a nova sede da Delegacia de Caxias e futuro anexo da Sede em São Luis/MA, bem como a aquisição de materiais de informática como computadores e impressoras para a unidade como um todo, pois a última aquisição havia ocorrido em 2008.

Entretanto, como fato negativo, em virtude da carência de pessoal no setor de logística, não foi possível a realização de pregões para a aquisição de material permanente. As aquisições acima mencionadas foram realizadas por meio de adesões a registro de preços de outras UJ's e participação no registro de preços realizado pela Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI, do órgão central. Além disso, como os processos de aquisição ocorreram no mês dezembro e não houve tempo para a entrega do material pelos fornecedores no ano de 2011, houve um aumento de valores registrados na conta de restos a pagar não processados.

3. Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro X – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em Real
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	610,28	525,00
2009	3652,86	0,00	0,00	525,00
2008	525,00	0,00	0,00	525,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	493.700,67	37.614,00	141.871,87	35.373,61
2009	2.381.829,15	201.109,40	2.137.040,63	0,00
2008	284.163,92	0,00	122.008,24	0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI - * Valor de R\$ 525,00 excluído em 2012 e não constará em 31/12/2012 como saldo a pagar.

Com relação aos restos a pagar processados nota-se que seu montante nos exercícios anteriores foi bastante reduzido, ou seja, nossa Unidade só liquida os fornecedores que não apresentam restrição. Um fato negativo a se destacar em 2011 refere-se ao valor de R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) que apesar de ser um valor devido, a empresa cancelou o registro

junto a Receita Federal, sendo que tal procedimento impossibilitou o pagamento e não se conseguia realizar o cancelamento no SIAFI até 2012. Em 2013 não existirá este valor.

Partindo-se para análise histórica dos restos a pagar não processados observa-se que seu montante em 2009 foi bastante elevado em comparação com os exercícios posteriores porque no final de 2008 houve a contratação de empresas especializadas para efetuarem serviços no prédio que abrigaria a futura sede provisória da polícia federal, como serviços elétricos, pontos lógicos, informática, bem como aquisição de mobília em geral e equipamentos. Considerando que tanto os empenhos de serviços como os de equipamentos não foram liquidados no exercício de 2008, estes passaram para o exercício seguinte como restos a pagar não processados, tal fato pode ser comprovado, quando se observa os valores dos pagamentos dos restos a pagar não processados de 2009 que somaram R\$ 2.137.040,63.

4. Recursos Humanos

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO XI – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	385	385	07	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6+1.2.7)	385	385	07	20
1.2.1. Servidores ativos permanentes de carreira vinculada ao órgão (nomeação regular)	279	279	07	20
1.2.2. Servidores ativos excedentes a lotação de carreira vinculada ao órgão (nomeação sub judice)	11	11	0	0
1.2.3. Servidores inativos de carreira vinculada ao órgão	93	93	0	0
1.2.4. Servidores cedidos (com ônus p/ cessionário)	2	2	0	0
1.2.5. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.7. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores sem cargo efetivo (extraquadro) (2.1+2.2+2.3)	52	47	0	0
2.1. Servidores em exerc. § 7º, art. 93 da Lei 8.112/90	2	2	0	0
2.2. Estagiários	10	5	0	0
2.3. Beneficiários de pensão	40	40	0	0
3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	437	432	07	20

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE

Observações: Os dados constantes do quadro acima foram adaptados à nomenclatura do SIAPE, conforme orientação da equipe de auditoria, onde foram acrescentadas linhas.

Quadro XII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos		Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1.	Cedidos (1.1+1.2+1.3)	02
1.1.	Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2.	Exercício de Função de Confiança	-
1.3.	Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2.	Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1.	Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2.	Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3.	Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4.	Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3.	Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	12
3.1.	De ofício, no interesse da Administração	08
3.2.	A pedido, a critério da Administração	02
3.3.	A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	00
3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	02
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	00
4.	Licença remunerada (4.1+4.2)	06
4.1.	Doença em pessoa da família	00
4.2.	Capacitação	06
5.	Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	00
5.1.	Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2.	Serviço military	00
5.3.	Atividade política	00
5.4.	Interesses particulares	00
5.5.	Mandato classista	00
6.	Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	21

Fonte: SIAPE

Quadro XIII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04	03	03
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	03	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	03	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23	04	06
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	04	06
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	27	07	09

Fonte: SIAPE

Quadro XIV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	14	123	45	85	2
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	14	123	45	85	2
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	4	16	3	2	-
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	1	3	-	-	-
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	3	13	3	2	-
3. Totais (1+2)	18	135	49	87	2

Fonte: SIAPE

Quadro XV – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	1	52	230	5	0	0	
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	0	0	0	1	52	230	5			
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	4	0	0	
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	-	-	4	-	-	
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	52	230	9	0	0	

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**Quadro XVI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	83	06
1.1. <i>Voluntária</i>	76	06
1.2. <i>Compulsória</i>	00	-
1.3. <i>Invalidez Permanente</i>	07	-
1.4. <i>Outras</i>	-	-
2. Proporcional	10	00
2.1. <i>Voluntária</i>	08	-
2.2. <i>Compulsória</i>	01	-
2.3. <i>Invalidez Permanente</i>	01	-
2.4. <i>Outras</i>	-	-
3. Totais (1+2)	93	06

Fonte: SIAPE

Quadro XVII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	21	01
1.1. Integral	20	01
1.2. Proporcional	01	00
2. Em Atividade	11	00
3. Total (1+2)	32	01

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE

4.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XVIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre*	
1. Nível superior	10	10	10	5	48.337,99
1.1 Área Fim	00	00	00	00	00
1.2 Área Meio	10	10	10	5	48.337,99
2. Nível Médio	00	00	00	00	00
2.1 Área Fim	00	00	00	00	00
2.2 Área Meio	00	00	00	00	00
3. Total (1+2)	10	10	10	5	48.337,99

Fonte: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SIAPE

*O número de estagiários no 4º trimestre se encontra assim dividido: 10 estagiários nos meses de outubro e novembro e 5 estagiários no mês de dezembro (estes usufruindo recesso proporcional).

4.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XIX - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vanta- gens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicionais	Indeniza- ções	Benefí- cios Assisten- ciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercí- cios	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
	2009	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercí- cios	2011	30.018.490,33	00	3.323.569,27	1.164.240,06	2.630.851,02	1.607.335,64	14.065,18	00	348.040,87	39.106.592,37
	2010	30.311.763,33	00	3.343.597,61	1.184.694,63	2.887.843,34	1.108.458,70	4.969,04	22.090,26	298.002,06	39.161.418,97
	2009	29.641.538,94	00	3.276.525,62	1.160.372,82	2.294.273,30	856.722,05	39.143,39	00	226.486,86	37.495.062,98
Servidores com Contratos Temporários											
Exercí-	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	

cios	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2009	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	237.581,60	00	23.758,16	11.879,07	6.080,08	00	25,76	00	00	279.324,67
	2010	142.548,96	00	11.879,08	3.959,69	3.648,00	00	00	00	00	162.035,73
	2009	106.911,72	00	11.879,08	3.959,69	1.134,00	7.840,14	24,50	00	2.155,98	133.905,11
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2010	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2009	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	737.490,32	61.311,39	78.428,54	31.556,18	126.034,47	3.395,00	12.390,00	00	2579,70	1.053.185,60
	2010	862.423,68	76.035,10	78.102,16	18.659,03	14.658,00	1.251,00	3.680,83	00	2635,00	1.057.444,80
	2009	839.196,82	70.993,94	76.500,24	28.767,40	6.792,00	11.484,00	3.581,25	00	3157,89	1.040.473,54
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	3.431.159,08	67.791,87	335.813,07	129.437,08	228.644,45	56.654,05	9379,35	00	17.308,73	4.276.187,68
	2010	3.554.040,63	69.688,97	335.454,36	155.496,99	83.564,16	52.821,91	5.080,52	4.000,00	22.938,31	4.283.085,85
	2009	3.480.889,09	74.831,00	341.901,44	112.131,01	38.548,06	51.149,43	4.646,34	00	14.057,92	4.118.154,29

Fonte: SIAPE

4.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

4.5.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro XX – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão													
UG/Gestão: 200388/0001						CNPJ: 00.394.494/0027-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	18/2006	05.920.248/0001-94	01/11/2006	31/10/2011			4	4			E
2009	V	O	09/2009	08.070.938/0001-90	20/01/2009	26/07/2011			9	8			E
2011	V	E	11/2011	02.023.407/0001-60	27/07/2011	31/10/2011			8	8			E
2010	L	O	07/2010	11.873.594/0001-61	30/09/2010	31/12/2012	2	2					P
2009	L	O	28/2009	09.259.198/0001-05	04/08/2009	31/12/2012	5	5					P
2009	L	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2012	10	9					P
2009	V	O	13/2009	08.888.686/0001-00	13/04/2009	31/12/2012			8	8			P
2008	V	O	02/2008	08.692.482/0001-08	02/01/2008	31/12/2012			12	12			P
2011	V	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/12/2012			8	8			P
2011	V	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	31/12/2012			8	8			P

Observações: O contrato nº 09/2011 teve de ser finalizado devido ao encerramento das atividades da contratada (perda do registro de empresa de segurança). Dessa forma, foi entabulado o contrato nº 11/2011 em caráter emergencial até se pudesse finalizar procedimento de licitação.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG

Quadro XXI - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do DPF no Maranhão													
UG/Gestão: 200388/0001							CNPJ: 00.394.494/0027-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	3	O	18/2006	05.920.248/0001-94	01/11/2006	31/10/2011			4	4			E
2009	3	O	09/2009	08.070.938/0001-90	20/01/2009	26/07/2011			9	8			E
2011	3	E	11/2011	02.023.407/0001-60	27/07/2011	31/10/2011			8	8			E
2010	1	O	07/2010	11.873.594/0001-61	30/09/2010	31/12/2012	2	2					P
2009	1	O	28/2009	09.259.198/0001-05	04/08/2009	31/12/2012	5	5					P
2009	1	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2012	10	9					P
2009	1	O	13/2009	08.888.686/0001-00	13/04/2009	31/12/2012			8	8			P
2008	1	O	02/2008	08.692.482/0001-08	02/01/2008	31/12/2012			12	12			P
2011	1	O	15/2011	10.809.411/0001-86	01/11/2011	31/12/2012			8	8			P
2011	1	O	16/2011	10.809.411/0001-86	07/11/2011	31/12/2012			8	8			P
2009	6	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2012	2						P
2009	7	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2012			1	1			P
2009	14	O	14/2009	01.518.478/0001-70	24/04/2009	31/12/2012			2	2			P
2009	7	O	19/2009	07.990.439/0001-58	24/08/2009	31/12/2012			5	5			P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;

9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

4.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

- Absenteísmo

O número de servidoras grávidas durante o exercício de 2011 gerou um absenteísmo elevado, haja vista as licenças tiradas antes do parto por questões emocionais e depois do parto na licença maternidade às quais fizeram jus. No universo de duzentas e oitenta e oito pessoas tivemos nove servidores que somando seus dias de afastamento computaram 1939 dias, em razão de doenças graves-continuam em tratamento médico - inclusive resultando em remoções - e corriqueiras. O somatório das demais licenças resulta em 1849 dias, equivalente a 48% do afastamento total. A Superintendência através do Setor de Recursos Humanos mantém o programa de atenção à saúde do servidor, com acompanhamento de dosagem de glicose, aferição constante de pressão arterial, campanhas de vacinação, assistência social e acompanhamento médico através de consultas que levam a produção de receitas, cujo resultado é o atendimento imediato ao servidor evitando assim a prorrogação de alguma deficiência na saúde que o leve a ausentar-se do serviço.

Continua a atuação do Serviço Médico, onde estão lotados uma médica, um auxiliar de enfermagem e uma assistente social, no acompanhamento físico e psíquico do servidor, resultando na sensação de estar sendo cuidado e que quando necessário tem o serviço à sua disposição bem como na efetiva qualidade de vida.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

É uma preocupação muito grande da SR/DPF/MA que seus servidores estejam tranquilos e saudáveis para que desenvolvam suas atividades de forma a não sobrecarregar seu físico e mente. É uma grande preocupação deste Setor de Recursos Humanos a questão da síndrome de Burnout – sabemos que o servidor policial é um dos profissionais que tem a facilidade de adquirir tal síndrome. De outra forma observa-se que o estresse e o consumo de bebida alcoólica são fatores geradores de doenças ocupacionais. Estamos em um momento de despertar para tal problema, é preciso um trabalho mais acurado e o envolvimento maior dos nossos administradores para que tenhamos o suporte para amenizar os casos existentes e prevenir que não aconteçam.

Alguns acidentes de trabalho foram detectados quando da prática de educação física, mas os processos foram feitos e comprovados os acidentes registrados nos assentamentos.

- Rotatividade (turnover)

A rotatividade existente decorre das remoções por interesse da administração, como também em caso de liminar oferecida pela Justiça, haja vista alguns servidores serem detentores de problemas particulares que não são alcançados pelas normas de remoção do Departamento de Polícia Federal e, diante disto, procuram através da Justiça adquirir o direito. Dentro dos setores existentes nesta Regional o turnover é pequeno, uma vez que nota-se que os servidores estão satisfeitos em seus setores e que não existem pedidos de remoção de um setor para o outro que ultrapasse a um por ano, isto porque o Setor de Recursos Humanos busca sempre lotar o servidor de acordo com a competência.

- Educação Continuada

A Equipe de T&D tem a preocupação de manter os servidores atualizados quantos aos cursos oferecidos tanto pela ANP quanto pela SENASP, além do que existe a possibilidade de solicitação de cursos exclusivos para algumas áreas e que interessando aos servidores os processos serão feitos pela equipe e remetidos para nossa central em Brasília/DF para deferimento e liberação dos numerários para que seja efetivamente cursado, sendo importante frisar que todo servidor capacitado tem a obrigação de ser multiplicador e, é praxe desta Regional cobrar a apresentação do conteúdo adquirido aos interessados através de palestras. Outra forma existente de capacitação são cursos individuais arcados pelo próprio servidor. Pelo exposto, infere-se que a capacitação dos servidores está sendo tratada de forma prioritária para que o padrão de conhecimento seja mantido e a atualização profissional seja feita dentro do padrão DPF.

- Satisfação e Motivação

Sabemos que a motivação é intrínseca ao servidor e que o papel do RH é despertar naquele o que existe de interessante e que o leve a ter motivos para a ação. Dentro dessa ótica levamos os servidores a falarem de seus anseios, procuramos saber como estão nas suas áreas de atuação, se estão satisfeitos com os trabalhos que desenvolvem e, junto com a assistente social, damos o suporte para que exista harmonia em sua vida pessoal e mantenha o equilíbrio familiar para que este não interfira no resultado de suas atividades.

Na Superintendência o ambiente é harmônico, haja vista a limpeza, claridade, localização, amplitude dos ambientes que gera um bem-estar geral fazendo com que as pessoas se sintam mais valorizadas.

Uma variante que destoa de toda essa condição satisfatória é a carência de servidores, a discrepância salarial entre os cargos e a falta de uma avaliação mais moderna condizente com o sistema de meritocracia, como também a questão da gestão por competência que leve ao servidor, qualquer que seja o cargo, mas que tenha capacidade para exercer função de chefia, de ter oportunidade de sê-lo, sem esquecer a experiência e conhecimento, e só assim, estaremos sendo justos com todos.

- Disciplina

Na área de disciplina durante o exercício de 2011 foram formulados três procedimentos administrativos disciplinares, quatro sindicâncias investigativas, uma investigação prévia e duas sindicâncias punitivas que demonstram no universo de recursos humanos exisatente, um baixo índice.

- Desempenho funcional

O Setor de Recursos Humanos tem procurado manter os servidores dentro da área que mais se identificam, estando sempre preocupado em buscar a eficiência e eficácia das ações mantendo o servidor satisfeito com o que produz e onde se sente mais produtivo. A visão do nosso Superintendente se coaduna com a moderna administração onde sabemos que as pessoas são o maior patrimônio de toda entidade, seja ela pública ou privada e, que a meta é que com a aplicação da gestão por competência alcancemos 100% de satisfação dos clientes internos e com isso, conseqüentemente, produzir o melhor em prol da sociedade.

- Aposentadoria versus reposição do quadro.

A reposição dos recursos humanos se dá mediante concurso público e as vagas existentes possivelmente serão supridas com os candidatos oriundos do concurso aberto em 2012.

5. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

5.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO XXII – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	Não há	Não há	Não há
	Entregaram a DBR	Não há	Não há	Não há
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	Não há	Não há	Não há
	Entregaram a DBR	Não há	Não há	Não há
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	9	34
	Entregaram a DBR	7	9	34
	Não cumpriram a obrigação	Não há	Não há	Não há

Fonte: ASSENTAMENTO FUNCIONAL DO SERVIDOR

Os servidores da Unidade forneceram autorizações para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, sendo o Setor de Recursos Humanos encarregado de gerenciar o recebimento dos documentos.

As autorizações são fornecidas por meio físico e arquivadas em pasta própria de fácil manuseio, não existindo meio informatizado para esse gerenciamento, contudo foi contatado junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação para viabilizar a criação de sistema para suporte de arquivamento eletrônico de tais autorizações. As informações/autorizações prestadas pelos servidores são preservadas de forma a manutenção de sigilo dos dados fornecidos.

O SRH não atua na análise dos dados, cabendo à Corregedoria Regional procedimentos para avaliação de identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com as remunerações recebidas, de acordo com a IN nº 01/93-DG/DPF.

6. Sistema de Controle Interno

6.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro XXIII – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
---	-----------

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: <i>Periodicamente o Conselho Regional de Polícia – CRP se reúne para que cada membro exponha o que houver de relevante em sua área específica. Desta forma, todos os problemas e situações da SR/DPF/MA são debatidos pelos principais chefes, viabilizando-se a administração compartilhada e a ciência por parte de todos que compõem a estrutura do órgão. O presente documento foi elaborado, em conjunto, pelo CRP.</i>					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

7. Sustentabilidade Ambiental

7.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XXIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>Os editais já prevêm esta condição.</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor				X	

consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Todo papel adquirido na última licitação e material de consumo.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>Veículos (licitação feita por Brasília)</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Iniciou-se um processo de treinamento de servidores para este fim</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>Continuada ações da cartilha de sustentabilidade criada em 2010.</i>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<i>A UJ elaborou a cartilha e a divulgou na Intranet do DPF e via emails dos servidores.</i>				
<i>Considerações Gerais: A Unidade tem se preocupado cada vez mais com a inclusão de previsões em seus editais que estabeleçam regras de sustentabilidade ambiental, levando em consideração processos de extração, fabricação, utilização e destinação ambiental correta aos resíduos de produtos e matérias-primas. Nos últimos dois anos a SR/DPF/MA começou a se preocupar com certificação ambiental por parte das empresas participantes dos processos licitatórios, tendo exigido das empresas que forneceram o mobiliário para a nova sede certificação ISO. Os servidores da SR/DPF/MA utilizam copos e xícaras de vidros em seus setores ficando alguns copos descartáveis para uso do público externo. O estoque de material adquirido para 2011 é</i>					

<i>reciclável.</i>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8. Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	2	2
	São Luis	1	1
	Imperatriz	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUNET

Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ
------------------------	--

		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MARANHÃO	3	3
	São Luis	2	2
	Caxias	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR		0	0
		0	0
		0	0
		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPIUNET

Quadro XXVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200388	080300068.500-9	13	3	47.625,00*	30/03/2012	949.406,38	31.695,56	Não consta
200388	092100629.500-2	13	3	2.637.600,00**	03/05/2012	4.782.270,92	Não Consta	Não consta
Total							31.695,56	Não consta

Fonte: SPIUNET * dados de 24/04/2001 ** dados de 01/06/2006 ***Apenas para registro, houve o gasto de R\$ 14.995,00 com reforma de imóvel locado de terceiro o qual foi devolvido ao locador em 2011.

Por não haver código de regime para imóveis locados de terceiros na portaria 123/2011-TCU os dados de manutenção com os mesmos foram lançados como observação. As demais informações foram inseridas no SPIUNET; RIPs nº 0757 00053.500-0 e nº 0921 00751.500-6.

9. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n^{os} 5.355/2005 e 6.370/2008.

9.1 Despesas com cartão de crédito corporativo

Quadro XXVIII – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em Real
Código da UG 1	200389	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
PEQUENO VULTO	-	-	-	-	-
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA BEZERRA 07	128.197.353-04	8000,00	1169,90	2822,28	3992,18
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA BEZERRA 30	128.197.353-04	8000,00	2360,00	3707,24	6067,24
ELSON HENRIQUE HOLANDA JUNIOR 41	497.235.703-78	8000,00	510,00	2620,53	3130,53
RAIMUNDO BENÍCIO SOUSA JUNIOR 47	807.225.473-15	3000,00	0,00	2949,82	2949,82
JOÃO BRAZ S M BARROS 50 (2010, pago em 2011)	707.889.441-34	797,50	0,00	797,50	797,50
REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO NÃO SIGILOSO	-	-	-	-	-
ADRIANA DE SOUSA NITÃO 40	725.733.413-72	14000,00	0,00	5196,70	5196,70
CARLOS SALOMÃO C. BASTOS 01	742.564.833-49	9817,10	0,00	9817,10	9817,10
CARLOS SALOMÃO BASTOS 27	742.564.833-49	24000,00	1480,00	19932,24	21412,24
CARLOS SALOMÃO C. BASTOS 02	742.564.833-49	24000,00	2570,00	18130,61	20700,61
CARLOS SALOMÃO C. BASTOS 10	742.564.833-49	24000,00	7670,00	13423,01	21093,01
CARLOS SALOMÃO C. BASTOS 43	742.564.833-49	24000,00	1690,00	19734,29	21424,29
FABIO ALMEIDA TEIXEIRA 05	703.243.523-87	16000,00	0,00	12864,11	12864,11
FRANCISCO ALBUQUERQUE PARENTE 51	762.943.583-53	3000,00	0,00	1017,00	1017,00
LEONARDO DOS SANTOS GATTO 06	025.047.007-17	24000,00	2260,00	14597,79	16857,79
LEONARDO DOS SANTOS GATTO 21	025.047.007-17	24000,00	3520,00	18354,66	21874,66
LEONARDO DOS SANTOS GATTO 32	025.047.007-17	24000,00	4080,00	18418,81	22498,81
LEONARDO DOS SANTOS GATTO 39	025.047.007-17	24000,00	1470,00	20424,41	21894,41
LEONARDO DOS SANTOS GATTO 45	025.047.007-17	24000,00	1320,00	9569,72	10889,72
LEONARDO PORTELA LEITE 04	658.495.233-91	16000,00	8910,00	185,00	9095,00
LEONARDO PORTELA LEITE 29	658.495.233-91	16000,00	1310,00	0,00	1310,00
LEONARDO PORTELA LEITE 42	658.495.233-91	16000,00	2070,00	1192,10	3262,10
LEONARDO PORTELA LEITE 46	658.495.233-91	9000,00	0,00	0,00	0,00
MARINALDO FERREIRA LOBATO 03	684.315.382-87	24000,00	17875,00	0,00	17875,00
MARINALDO FERREIRA LOBATO 33	684.315.382-87	4400,00	4290,00	0,00	4290,00
RODRIGO SANTOS CORREA 11	730.297.263-04	15000,00	1970,00	4053,15	6023,15
RODRIGO SANTOS CORREA 35	730.297.263-04	15680,00	100,00	2853,88	2953,88
REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO SIGILOSO	-	-	-	-	-
2011SF000008 - SR/DPF/MA	REE SIGILOSO	32000,00	32000,00	0,00	32000,00
2011SF000009 - SR/DPF/MA	REE SIGILOSO	20000,00	20000,00	0,00	19991,10

2011SF000019 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	20000,00	20000,00	0,00	19000,01
2011SF000022 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	32000,00	32000,00	0,00	31275,84
2011SF000034 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	20000,00	19980,00	0,00	19960,00
2011SF000038 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	10000,00	10000,00	0,00	8505,85
2011SF000044 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	20000,00	20000,00	0,00	19966,49
2011SF000048 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	20000,00	19000,00	0,00	18000,00
2011SF000049 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	5000,00	5000,00	0,00	4165,48
2011SF000050 - SR/DPF/MA	REE SIGILOS	8000,00	8000,00	0,00	7370,84
Total utilizado pela UG			252.604,90	202.661,95	455.266,85

Fonte: Valores apurados nos Processos de Concessão de Suprimentos de Fundos, não consideradas as devoluções de saques e estornos de faturas, além de eventuais ajustes no SIAFI por meio de notas de lançamento.

Os valores da tabela acima foram apurados nos Processos (físicos) de Concessão de Suprimentos de Fundos, pois no SIAFI não é possível a identificação dos saques efetuados pelos suprimentos no Regime Especial de Execução, em razão de as ordens bancárias de saque serem registradas em nome da Unidade Gestora 200389.

Como na tabela acima não foram consideradas as devoluções de saques e estornos de faturas, além de eventuais ajustes realizados no SIAFI, por meio de notas de lançamento, houve uma pequena diferença entre os valores consolidados no sistema e os valores totais da tabela, não havendo prejuízo para a análise dos gastos da UJ.

Por fim, informamos que apenas a UG 200389 (FUNAPOL) executa despesas de suprimento de fundos no SIAFI. Os recursos para a execução de suprimento de fundos não fazem parte do orçamento geral anual da UJ. Eles são descentralizados de acordo com os pedidos de concessão e a necessidade de execução de operações policiais.

Observa-se que houve uma redução consistente nos saques de 2010 para 2011, bem como no valor total gasto.

Quadro XXIX – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em Real.

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	326	252.604,90	40	202.661,95	455.266,85
2010	753	525.351,00	42	121.577,11	646.928,11
2009	409	323.805,00	41	159.956,41	483.761,41

Fonte: SIAFI

10. Deliberações exaradas em Acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

10.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão					1152
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*	TC 021.491/2009-2	863/2009 1ª Câmara	*	*	Of. 2176/2011-TCU/SECEX-MA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão					1152
Descrição da Deliberação:					
Notificação de servidores para, se desejarem, apresentarem, de forma individual ou conjunta, argumentos e justificativas sobre as irregularidades verificadas no âmbito do processo de fiscalização referente a Tomada de contas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão do exercício 2006, contempladas na proposta de mérito lançada pela SECEX/MA.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/MA					*
Síntese da providência adotada:					
Os servidores listados pelo TCU foram notificados e a comprovação foi enviada ao próprio TCU através dos ofícios nº 99/2011 e 106/2011-SRH/SR/DPF/MA.					
Síntese dos resultados obtidos					
100% dos servidores foram notificados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Alguns servidores estavam em gozo de afastamentos legais, mas foram notificados quando retornaram.					

11. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício 2011

A seguir, temos as atividades desenvolvidas pela SR/DPF/MA no exercício, e suas principais realizações.

Na área de Migração, é digno de registro, que desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro ocorre dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU. Todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional.

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o cidadão nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas suas viagens ao exterior.

Quadro XXXI – Estatística de Passaportes

PASSAPORTE	2011	2010	2009
Comum	15.066	11.146	5.914
Emergencial	194	11	74
Estrangeiros	0	0	0

Fonte: Sistema Nacional de Passaporte/DPF

Em todo o Maranhão foram emitidos 15.066 passaportes comuns, 194 emergenciais. Os números são os maiores de todos os anos gerando uma arrecadação recorde, consequência do trabalho adotado pelos órgãos centrais do DPF, além da valorização do real no exterior que propiciou bons momentos para viagens internacionais.

Particularmente, a DPF/CXA/MA que em 2010 expediu 190 dobrou a emissão chegando a 382 passaportes emitidos (aumento de 100%) e a DPF/ITZ/MA que emitiu 2.035 passaportes em 2010 aumentou a produção em 33%, expedindo 2722 no exercício.

Além de contar com a DELEMIG que fiscaliza o tráfego de pessoas no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luis e a DPF/ITZ/MA que atua no Aeroporto de Imperatriz/MA, o DPF no Maranhão possui a Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM, subordinada à DREX, para realizar o controle de tráfego marítimo internacional.

Quadro XXXII – Estatística do DEPOM (Delegacia de Polícia Marítima)

	2011	2010
INQUÉRITOS INSTAURADOS	00	00
TERMO DE RECONHECIMENTO E LACRE DE CADÁVER P/TRANSLADO	02	00
REPATRIAÇÃO	00	03
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU	1011	954
EMBARCAÇÃO ISENTA DE PAGAMENTO DA TAXA (CABOTAGEM)	310	240
EMBARCAÇÕES QUE RECOLHERAM A TAXA GRU EM JUÍZO	00	00
TOTAL DE EMBARCAÇÕES FISCALIZADAS	1321	1194
VALOR RECOLHIDO EM REAIS	537.902,55	507.575,70
VALOR DEPOSITADO EM JUÍZO	00,00	00,00
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (EMBARQUE)	1198	843
MOVIMENTAÇÕES EFETUADAS (DESEMBARQUE)	4197	2.507
REGISTRO DE TRIPULANTE OU RESTABELECIMENTO COM NOVO VISTO	299	197
VALOR RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO/CIE)= 64,58 + 124,23	56.454,19	37.195,57
REGISTROS DE TRIPULANTES (PRAZO INFERIOR A 30 DIAS)	15	07
VALOS RECOLHIDO EM R\$ (REGISTRO) = 64,58	968,70	452,06
RESTABELECIMENTO DE REGISTRO DE TRIPULANTE MESMO VISTO	29	07
VALOR RECOLHIDO (R\$ 124,23) = TOTAL	3.602,67	869,61
AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA DE EMPRESA	16	10
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	09	11
VALOR RECOLHIDO EM REAIS (MULTA)	228.006,31	5.604,17
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE TRIP. TEMPORÁRIO V	00	00
TOTAL RECOLHIDO	826.934,42	551.697,11

Fonte: DEPOM/DREX/SR/DPF/MA

A Delegacia de Polícia Marítima realiza o controle de tráfego marítimo internacional. Criada em dezembro de 2005 como GEPOM, a delegacia realiza fiscalizações diárias e diversas operações de controle de acesso aos portos de São Luis. Realizou-se no decorrer do exercício o controle de acesso aos portos (ITAQUI, VALE e ALUMAR), consistindo na recepção, por e-mail, e pesquisa (e/ou inserção) de nomes e/ou formulários simples de cadastro nos sistemas Corporativos do DPF, seguindo-se à autorização do plantonista de dia.

A Delegacia de Polícia Marítima realiza o controle de tráfego marítimo internacional. Houve patrulhamentos não sistemáticos na costa maranhense, com maior regularidade no Porto Organizado do Itaqui, Terminal da Ponta da Madeira (Porto da Vale), Porto da Alumar e Ponta da Espera, em cumprimento às suas atribuições e ao ISPS Code (Código Internacional de Segurança e Proteção de Navios e Instalações Portuárias). Regularmente são realizadas pelos policiais de plantão fiscalizações das embarcações de longo curso e cabotagem, nos termos da IS nº 03, de 29/09/1997, conforme descrito no quadro acima. Os plantonistas são responsáveis pelo recebimento e instrução dos pedidos de registro de tripulante como temporário V; lavratura de autos de infração e notificação de estrangeiros e empresas por descumprimento à legislação pertinente; instrução de repatriação e deportação. O valor recolhido pelo DEPOM aumentou em 49% em relação a 2010, consequência de um maior planejamento na fiscalização por parte do DEPOM.

Quadro XXXIII – Estatística de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE			
	2008	2009	2010	2011
EMPRESAS FISCALIZADAS	-	01	00	00
CADASTROS APROVADOS	-	24	00	17
LICENÇAS RENOVADAS	-	46	45	35
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	-	00	00	00
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	R\$ 37.550,00	R\$ 39.300,00	R\$ 49.500,00	R\$ 43.250,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	-	0,00	R\$ 6.600,00 (*)	R\$ 0,00 (*)

Fonte: Produtos Químicos/DRE/DRCOR/SR/DPF/MA

(*) O valor referente à multa é consequência de autos de infração instaurados pela SR/DPF/MA em exercício anteriores, após as fiscalizações realizadas naqueles anos. Assim, o procedimento é encaminhado pela Unidade para o órgão central responsável pela análise do processo e, conforme decisão é aplicada a multa na Empresa.

Outra atividade de suma importância na área policial é a ação de caráter sigiloso na área de segurança pública. É necessária a mobilização de meios para execução de operações policiais visando o mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna. Na unidade, o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) o qual utiliza da ferramenta do Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa permitir a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no

pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal.

Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso. Ressalte-se que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX).

No ano em tela, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada Operação Sentinela, ocorrida neste Estado. Várias ações de inteligência foram realizadas no exercício, algumas, em parceria com as unidades congêneres de outros estados, com a finalidade de apoiar as operações da SR/DPF/MA, tais como, DONATÁRIOS, USURA, DESMANTELO, e com as delegacias especializadas no combate aos assaltos a banco e agências dos correios, bem como o tráfico de entorpecentes, com ações que desmantelaram várias quadrilhas no interior do estado e capital.

Quadro XXXIV – Estatística da Delegacia de Segurança Privada

DADOS ESTATÍSTICOS	
DADOS	TOTAL
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	159
EFETIVO DA DELEGACIA	04
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	266
POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	59
CARROS FORTES	82
ARMAS ATIVAS	3.870
ARMAS INATIVAS	00
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	26
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES	03
EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA	05
CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	03

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	01
	TRANSPORTE DE VALORES	00
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	00
	ESCOLTA ARMADA	00
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	01
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	00
ALTERAÇÃO DE ATOS CONSTITUTIVOS	RAZÃO SOCIAL	00
	MUDANÇA DE ENDEREÇO	00

	MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME	00
	SÓCIOS	02
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	20
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	20
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	39
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA	18
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO	17
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	01
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	00
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	24
OUTRAS ATIVIDADES:		
DESCRIÇÃO		TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA		20
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES		39
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S		237
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS		1.131
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS		3.764
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS		148
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS		00
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA		06
ARRECADAÇÃO:		
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO		491.479,54
TOTAL DE MULTAS PAGAS		16.183,88
TOTAL GERAL		507.663,42

Fonte: DELESP/SR/DPF/MA

Quadro XXXV – Estatística da Corregedoria Regional de Polícia

ANO	AÇÃO				
	Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Investigativa	Sindicância Punitiva	Processo Especial	Investigação Prévia
2008	05	15	00	01	03
2009	03	05	00	02	03
2010	02	06	01	00	03
2011	03	04	02	00	01

Fonte: COR/SR/DPF/MA

Os números de procedimentos disciplinares instaurados em 2011, se comparados com os números de 2010, mostram-se estáveis e indicam uma baixa incidência de transgressões disciplinares no âmbito desta Superintendência Regional frente ao expressivo quantitativo de servidores.

A SR/DPF/MA realizou a prevenção e repressão aos crimes praticados contra bens serviços e interesse da União com a finalidade de combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins.

A unidade realizou várias operações no exercício visando reprimir a criminalidade no Estado. Foram mais de 50(cinqüenta), sendo as maiores relacionadas na seguinte tabela:

Quadro XXXVI - Operações da SR/DPF/MA

DATA	NOME DA OPERAÇÃO	REPRESSÃO	LOCAL	AÇÃO	APRENSÕES	QUANT. POLICIAIS	PRESOS
25/01	-	Fraudes previdenciárias	CAXIAS/MA	A PF/MA prendeu na manhã do dia 25/01, três pessoas acusadas de praticar fraudes contra o INSS. A fraude consistia na falsificação de documentos – RG, Carteira de Trabalho, Certidões de Nascimento, Certidões de óbito dentre outros, necessários para a obtenção de benefícios previdenciários.	Caarimbos do Ministério do Trabalho, fotografias de pessoas idosas, Cartões de Benefício do INSS em nome de pessoas falecidas, CPF e carteiras de trabalho.	6	3
31/01	-	Tráfico de Entorpecentes	CAXIAS/MA	Polícia Federal prendeu na tarde de 31/01, na cidade de Caxias/MA, duas mulheres portando aproximadamente 2,2 Kg de pasta base de cocaína. As duas foram abordadas durante barreira policial realizada na BR 316, dentro de um ônibus intermunicipal, quando faziam o transporte da substância entorpecente. Segundo elas a droga foi recebida na cidade de Timon/MA e tinha como destino a cidade de Caxias.	2,2kg de cocaína	5	02 mulheres
03/02	ASTIAGES	Desvio de Recursos Público e Lavagem de Dinheiro	BARRA DO CORDA/MA	Cumprimento de 12 mandados de prisão e 18 de busca e apreensão expedidos pelo TRF 1ª Região.	01 helicóptero, 01 avião, carros de luxo, joias e uma caixa com relógios de luxo. Os desvios na Prefeitura de Barra do Corda chegaram a R\$ 50 milhões entre 2005 e 2010.	100 – MA, PI e DF	9
08/02	-	Latrocínio	IMPERATRIZ/MA	Na manhã de 08/02 agentes da polícia federal em Imperatriz-Ma prenderam o nacional H.C.O., vulgo “Helinho” acusado de ser integrante de uma quadrilha que	Veículo, Toyota, corolla	5	1

				realizou o assalto a um carro dos Correios seguido de morte do funcionário Sullivan Duarte Lemos, ocorrido em outubro de 2000, na cidade de Santarém-PA. Helinho foi abordado em veículo toyota, modelo corolla, de cor.			
07/02	-	Tráfico de entorpecentes	PINHEIRO/MA	A PF/MA prendeu cinco homens, por tráfico de cocaína, no início da tarde, em Pinheiro, cidade da baixada maranhense. As investigações tiveram início a partir de informações que chegaram até a Polícia de que um traficante de drogas oriundo de Cáceres/MT, conhecida porta de entrada de drogas da Bolívia para o Brasil, teria se instalado em Pinheiro/MA e, juntamente com outro traficante daquela cidade, estaria gerenciando o tráfico de drogas em parte do Estado do Maranhão.	15kg de cocaína, insumos químicos para produção de merla, como barrilha e solventes, baldes e balanças, um veículo gol, uma moto, uma arma de fogo, comprovantes de depósito bancário no total de R\$ 63.400,00 e mais de cinco mil reais em espécie.	6	5
22/02	-	Tráfico de entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Agentes da Polícia Federal prenderam na noite de 22/02/2011, no aeroporto internacional de São Luis, em cumprimento a mandado de prisão, o nacional M.O.R., conhecido como “Baixinho” ou “Magno”, acusado de envolvimento numa transação de tráfico de drogas ocorrida em agosto de 2010 na cidade de Carolina/MA.	-	5	1
24/02	-	Tráfico de entorpecentes	PRESIDENTE DUTRA/MA	As investigações tiveram início a partir de informações que chegaram até a DRE de que um traficante, que costumava trazer com frequência carregamentos de entorpecentes para a	15kg de cocaína e veículo.		

				capital maranhense, faria ingressar uma nova carga de drogas em São Luís, entre os dias 23 e 24, em um veículo com placas de Goiás, e que, provavelmente, pernoitaria na cidade de Presidente Dutra/MA.			
25/02	DONATÁRIO	Desvios de recursos públicos federais.	SÃO LUIS, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, TURIAÇU, PINDARÉ-MIRIM, SANTA LUZIA E BURITICUPU	Cumprimento a 39 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal no Maranhão, visando coibir a ação de quadrilha envolvida no desvio de recursos públicos federais da modalidade de Crédito Instalação, liberados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para construção de casa em projetos de assentamentos (PA) em favor de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.	Documentos na sede do INCRA e residências dos envolvidos. As investigações duraram cinco anos (de 2005 a 2010), quando o Incra disponibilizou quase R\$ 500 milhões para o Maranhão em contratos que previam a construção e reforma de casas em assentamentos rurais. 25 assentamentos foram vistoriados no Estado, e as investigações descobriram indícios de desvio de R\$ 4 milhões.	80 - MA, PI e Servidores da CGU.	-
03/03	DUPLA IDENTIDADE	Crimes Previdenciários, além dos crimes de inscrição eleitoral fraudulenta, falsidade ideológica e obtenção de documento ideologicamente falso para fins eleitorais.	CAXIAS e COELHO NETO/MA	Cumprimento a cinco mandados de busca e apreensão expedidos pelo juiz de direito da comarca de Coelho Neto/MA	Documentos RGs, títulos, carteiras de trabalhos e outros. A investigação, comandada pelo Grupo de Repressão a Crimes Previdenciários (GRPrev) da Delegacia de Polícia Federal em Caxias, teve início a partir de denúncias apuradas inicialmente pela Polícia Civil que davam conta de que residentes em povoados de Coelho Neto possuíam	PF/CXA/MA junto com Polícia Civil/MA	-

					documentos em duplicidade usados para fraudar a previdência social e a Justiça Eleitoral. Estima-se que devido a essa dupla identidade o prejuízo aos cofres da Previdência Social ultrapasse a quantia de R\$ 3.500.000 (Três Milhões e Quinhentos Mil Reais).		
31/03	-	tráfico interestadual de entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Realizada a prisão em flagrante delito. Após a denúncia, equipes foram deslocadas até a entrada de São Luís para verificar a movimentação e identificar o suspeito.	3,337 Kg de cocaína.	3	1
06/04	-	Tráfico de entorpecentes	SÃO LUIS/MA	A ação foi possível depois que a PF recebeu informações de que em um imóvel, localizado no bairro Alto do Turú I, estavam sendo produzidas substâncias entorpecentes por traficantes.	01 bandeja repleta de cocaína em produção, grande quantidade de insumos para processamento da mesma, além da própria droga já produzida acondicionada em vasilhames, pesando tudo aproximadamente 2.315 Kg de droga	5	3, incluída 01 mulher
08/04	-	Tráfico de entorpecentes	SÃO LUIS/MA	PFs prenderam em flagrante no aeroporto internacional da capital maranhense, por volta do meio dia de 08/04, uma mulher por tráfico interestadual de entorpecentes.	3,052kg de pasta base de cocaína	4	01 mulher
11/04	-	Tráfico de entorpecentes	COELHO NETO/MA	Os PFs interceptaram a droga e prenderam as duas pessoas após denúncia de que na mesma noite,	1,5 kg de cocaína, 01 revólver cal. 38, 01 motocicleta e cerca de R\$	5	2

				conduzindo um Crossfox, cor vermelha, estariam transportando droga da cidade de Caxias para Coelho Neto, ambas na região dos Cocais. Realizaram campana em Coelho Neto e, após abordarem o condutor do veículo, a droga foi encontrada em compartimentos do Crossfox.	460,00.		
12/04	-	Assaltos a banco	CAXIAS/MA	A PF/MA, em parceria com a do Piauí conseguiu desarticular uma quadrilha considerada uma das mais perigosas do Nordeste. Foi na manhã de terça-feira (12/04), logo após um assalto à agência da Caixa Econômica Federal na rodoviária da cidade de Caxias, no Maranhão. Foram presos em flagrantes seis homens que fazem parte do bando especializado em assalto a banco, de acordo com as investigações da Polícia Federal. Era uma quadrilha interestadual e estava com um 'QG' montado em Teresina, mais precisamente na região do Portal da Esperança, quadra 67 casa 4, zona Norte de Teresina.	02 pistolas 380, escopetas calibre 12. R\$ 70 mil fruto do arrombamento na Caixa Econômica de Caxias(MA), celulares, computadores e dois veículos Astra, usados nos assaltos.	30	6
21/04	-	Tráfico de entorpecentes	CAXIAS/MA	Os presos foram surpreendidos durante uma fiscalização de rotina, realizada pela PF, no Posto da PRF, na cidade de Caxias/MA. Foi encontrado aproximadamente um quilo e duzentos gramas de uma substância com aparência de pasta base de cocaína que estava acondicionada em uma sacola plástica transparente, enrolada em fita adesiva e	1,2kg de pasta base de cocaína	4	2

				escondida no interior de uma caixa de papelão, com diversos produtos alimentícios, no porta-malas do veículo.			
23/04	-	Tráfico de entorpecentes	PORTO FRANCO/MA	Agentes da Polícia Federal de Imperatriz e Caxias, com apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), apreenderam 4 quilos de pasta-base de cocaína no último sábado (23), por volta de 15 horas. Os policiais abordaram o veículo Fiesta Hatch 2010, que foi levado inicialmente para o Quartel do 3º Batalhão de Polícia Militar em Imperatriz, onde foi feita busca minuciosa no veículo, ocasião em que foi encontrada a droga, que se encontrava acondicionada em tabletes.	4kg de Pasta Base de Cocaína e 01 veículo Ford Fiesta	3	3
26/04	-	Tráfico de entorpecentes	ARARI/MA	As investigações tiveram início depois que a PF recebeu várias informações de que um assaltante paraense mais conhecido como “Galego” ou “Alemão”, que atualmente reside em São Luís/MA, após ter sido beneficiado com a concessão de liberdade condicional em relação a uma pena que cumpre por ter participado de um roubo a um veículo de cargas dos Correios, teria migrado para o tráfico de drogas, passando a traficar cocaína, provavelmente oriunda do Peru, para o Maranhão	46kg de cocaína.	6	3
09/05	VENDAVAL	Assalto a Banco	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS/MA	A quadrilha, que era composta por assaltantes do MA, PA e TOs, entrou na agência do Bradesco em Vila Nova dos Martírios/MA fortemente armada, com escopetas, fuzis,	02 revólveres calibre 38, 02 espingardas calibre 12, 01 metralhadora Bretta calibre 9 mm, 01 fuzil 762, 35 munições calibre 12, 01 cabo	30 PFs do MA e PA, Grupo GTA/Polícia Civil/MA e	06 assaltantes do MA, PA e TO. 02 foram

				<p>submetralhadoras, efetuando vários disparos e roubando uma quantia de aproximadamente 112 mil reais. Após o assalto, fugiram em 2 caminhonetes, levando treze pessoas como reféns, dentre elas o pai do prefeito da cidade. Os reféns e as caminhonetes foram abandonados em uma vicinal entre os municípios de Vila Nova dos Martírios e Rondon/PA, e os criminosos embrenharam-se no matagal daquela região.</p>	<p>de madeira de revólver, 01 calça camuflada, 01 capuz preto e 05 aparelhos celulares. Também foram dados cumprimentos a 3 mandados de busca e apreensão na cidade de Rondon, nas casas de pessoas que deram apoio logístico à quadrilha, ajudando os criminosos no pernoite antes ao assalto.</p> <p>Com estas buscas foram apreendidos parte do valor roubado, armamentos e munições.</p>	PMs/MA.	mortos em combate
11/05	USURA	Desvio de Recursos Públicos Federais	SÃO LUÍS, IMPERATRIZ, SÃO JOÃO DO PARAÍSO e BARRA DO CORDA/MA	<p>Cumprimento a 28 mandados de busca e apreensão e 13 mandados de prisão temporária, expedidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. "Operação Usura" foi desencadeada para coibir desvios de recursos públicos federais repassados para a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso durante as duas últimas administrações. O prejuízo estimado passa dos R\$ 5,5 milhões, que seriam destinados a projetos da saúde e da educação.</p>	Documentos.	100 e Auditores da CGU.	13
13/05	-	Tráfico de Entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Prisão em flagrante de 02s homens acusados por tráfico internacional de	10,53kg de pasta base de cocaína e 01 veículo	6	2

				entorpecentes em São Luís. Eles, vinham do Mato Grosso e entregariam a pasta base de cocaína originária da Bolívia.			
20/05	HADES	fraudes cometidas contra a Previdência Social.	CODÓ/MA e TRIZIDELA DO VALE MA	Dar cumprimento a 06 (seis) mandados de prisão e (10) de busca e apreensão concedidos pela Justiça Federal da cidade de Caxias/MA. investigação teve início em maio/2010 baseada em ocorrência policial noticiando fraudes realizadas através de documentos de pessoas mortas, a fim de obter benefícios de natureza previdenciária. O cometimento de tais ilícitos contava com o apoio de servidores lotados na Agência da Previdência Social em Codó MA. A participação dos servidores consistia na facilitação da concessão de benefícios previdenciários, bem como renovação de senhas bancárias vencidas e a obtenção de empréstimos consignados em nome destes beneficiários já falecidos.	Documentos, mídias de computadores, três veículos, três motocicletas, centenas de fotografias 3x4, armas de fogo e mais de R\$ 4 mil, além de outros bens. A quadrilha teria causado um prejuízo aos cofres públicos de cerca de R\$ 3 milhões em pagamento mensais efetuados a 80 beneficiários diferentes.	39PFs do MA, PI e 05 servidores da força-tarefa da previdência social.	6
15/06	-	Tráfico de entorpecentes	SÃO LUIS/MA	A ação foi possível depois que a polícia recebeu informações de que um traficante, oriundo do estado do Mato Grosso, estaria trazendo um carregamento de drogas para a cidade. Após levantamentos, constatou-se que o mesmo desembarcaria no aeroporto da capital maranhense.	70kg de cocaína e 01 veículo gol.	8	4

21/07	-	Tráfico de entorpecentes	GOVERNADOR EDISON LOBÃO E IMPERATRIZ/MA	A ação foi realizada na rodovia Belém-Brasília, na Região Tocantina. Quatro homens foram presos em flagrante pela acusação de tráfico de drogas. Dois deles estavam no automóvel com placa de Montes Alto. Os outros ocupavam um veículo com placa de Mato Grosso, que funcionava como batedor durante o transporte do produto.	10,5kg de pasta base de cocaína	6 e PMs/MA	4
27/07	-	Tráfico de entorpecentes	CAXIAS/MA	Com os presos, que são naturais das cidades de Porto Espiridião/MT e Santa Vitória/MA, foram encontrados aproximadamente 20 Kg (Vinte Quilos) de pasta base de cocaína, acondicionada em 20 (Vinte) “tijolos” envoltos em fita adesiva dentro do fundo falso de um caminhão com placas de Porto Velho/RO. Tal substância entorpecente, oriunda da cidade de Porto Velho/RO, estado que faz divisa com a Bolívia, tinha como destino a cidade de Caxias/MA e região.	20kg de pasta base de cocaína. 01 caminhão e 01 veículo Fiat/siena. R\$ 10.000,00 em cheques e dinheiro em espécie.	6	3
02/08	DESMANTELO	fraudes bancárias através do canal de internet banking	IMPERATRIZ/MA e GOIÂNIA/GO	Cumpridos 10 mandados de busca e apreensão e 08 mandados de prisão preventiva nas cidades de Imperatriz/MA, Goiânia/GO e Manaus/AM, além de uma prisão em flagrante por posse de arma de fogo e droga	Mais de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) em espécie foram apreendidos, bem como cartões de “laranjas”, boletos e cinco veículos.	PFs ITZ, SLZ e GO.	8
02/08	-	Tráfico de Animais	ARAGUANÃ/MA	Cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pelo Juiz Federal	-	2	1

		Silvestres		titular da 4ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Pernambuco.			
11/08	-	Tráfico de entorpecentes	CAXIAS/MA	No início da tarde de 11 de agosto, a Polícia Federal, durante o cumprimento de um mandado de prisão preventiva de um foragido da justiça, realizou a apreensão de cerca de 20kg de pasta base de cocaína, que estavam escondidos em um matagal da zona rural do município de Caxias/MA, próximo ao antigo aeroporto da cidade. A apreensão é resultado da continuidade de uma ação realizada no último dia 26 de julho, quando a PF prendeu três pessoas por tráfico de entorpecentes e apreendeu mais 20 kg da droga, em um sítio localizado na estrada do povoado Capão, também na cidade de Caxias.	20kg de pasta base de cocaína	5	1
17/08	LAS VEGAS I	Exploração de jogo de azar através das casas de vídeo-bingo	AÇAILÂNDIA/MA	A Polícia Federal em Imperatriz/MA deflagrou na tarde de 17 de agosto, a Operação Las Vegas I. A Operação, realizada em 10 estabelecimentos comerciais em Açailândia/MA, teve por objetivo reprimir a exploração de jogo de azar através das casas de vídeo-bingo, os conhecidos “caça-níqueis”, e contou com a participação de 16 policiais federais.	65 máquinas caça-níqueis.	16	14 indiciados
19/08	-	Tráfico de entorpecentes	RODOVIA INTERESTADUAL	Policiais Federais da DPF/ITZ/MA realizaram na manhã do dia 19 de agosto a	10kg de pasta base de cocaína.	2	2

				apreensão de aproximadamente 10 Kg de pasta base de Cocaína em abordagem a ônibus que vinha do Mato Grosso, passando pelo Goiás, Maranhão e tendo como destino final a cidade de Teresina-PI.			
20/08	-	Crimes de abuso sexual, prostituição, pornografia e associação ao tráfico de pessoas	SANTA INÊS/MA	Cumprimento a um mandado de prisão expedido pelo Supremo Tribunal Federal. Procurado pela Interpol (a organização que reúne polícias criminais de todo mundo) há dois anos, o austríaco H. A. P., de 37 anos, foi preso pela PF/MA em Santa Inês, cidade distante a cerca de 250 quilômetros de São Luís.	Notebook	2	1
11/09	-	Tráfico de entorpecentes	CAXIAS/MA	Com os presos foi encontrado aproximadamente 5,0 Kg (Cinco Quilogramas) de pasta base de cocaína. A substância entorpecente, comprada na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero divisa com a cidade de Ponta Porã/MS, foi transportada dentro de uma caixa de som com fundo falso em um veículo tipo RENAULT/CLIO com placas do mesmo estado.	5kg de pasta base de cocaína e um veículo.	5	2
16 a 23/09	CARUÁ III	Tráfico de Entorpecentes	TUFILÂNDIA, SÃO JOÃO DO CARU, MARACAÇUMÉ, NOVA OLINDA, CENTRO DO	A Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão deflagraram a Operação Caruá III, a fim de localizar	Em 78 plantios foram apreendidos 40 Kg de maconha pronta para consumo, erradicados em torno de 120 mil pés de	35 da PF/MA, PF/PA e 11 PMs/MA	1

			GUILHERME E TURIAÇU/MA, BEM COMO CACHOEIRA DO PIRIÁ, CAPITÃO POÇO E CONCÓRDIA/PA	e erradicar plantios de pés de maconha na região do oeste maranhense e nordeste paraense. A operação vistoriou durante oito dias uma área de 237.073 m ² ,	maconha, o que resulta na retirada de mais de 40 toneladas da droga para o consumo, e preso em flagrante o traficante J.P.G. encontrado em um plantio localizado em Nova Olinda/MA		
29/09	DUAS CARAS	Fraudes Previdenciárias	São Luís/MA, São José de Ribamar/MA, Paço do Lumiar/MA e Icatu/MA	Dar cumprimento a 32 (trinta e dois) mandados judiciais, sendo 14 (quatorze) de prisão temporária e 18 (dezoito) de busca e apreensão, expedidos pela 1ª Vara Criminal da Seção Judiciária Federal do Maranhão. As investigações tiveram início em dezembro de 2009 a partir de denúncias à Ouvidoria da Previdência no Estado. A quadrilha era composta por representantes de um sindicato rural, uma colônia de pescadores, agenciadores, intermediários e servidores da Previdência. Levantamento preliminar da Previdência, até agosto de 2011, aponta para um prejuízo de R\$ 16,5 milhões. Os documentos utilizados por segurados eram adulterados, como comprovantes de endereço e certidões. O servidor, ciente da irregularidade, concedia o benefício sem agendamento. Em alguns casos, sem o comparecimento do segurado.	Apreensão de seis veículos e mais de R\$ 300 mil.	75 PFs de vários Estados e 17 servidores do Ministério da Previdência no MA	11
06/10	-	Porte ilegal de arma	BALSAS/MA	A Polícia Federal em Imperatriz/MA, em cumprimento a uma missão de fiscalização bancária no sul do	Revólver calibre 38 e 9 munições	4	1

				Maranhão, prendeu em flagrante um homem por porte ilegal de arma de fogo, na cidade de Balsas/MA. A ação foi articulada com antecedência, depois que a PF recebeu uma denúncia informando que o nacional F.N.B., inspetor em uma empresa de segurança privada, circulava diariamente pelos postos de vigilância da empresa e pelas ruas da cidade armado, sem nunca ser revistado pela polícia local.			
19/10	-	Tráfico de Entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Policiais Federais prenderam em flagrante na tarde do dia 19/10/11, 03 homens com 20,248 Kg de cocaína, no centro histórico da capital maranhense. A ação foi possível depois que policiais da Delegacia Regional de Entorpecentes da PF/MA receberam uma denúncia anônima informando que estava acontecendo uma transação de drogas em uma praça próxima ao Projeto Reviver. Três equipes foram deslocadas até o local com o intuito de identificar suspeitos e frustrar a transação.	20,842kg de cocaína	6	3
27/10	-	Tráfico de entorpecentes	RODOVIA BR-010	Primeira apreensão ocorreu na quinta-feira, 27 de outubro, 230 quilos de maconha prensada, que estava vindo do Paraguai, passou por Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e seria distribuída em Imperatriz/MA. A droga foi avaliada em R\$ 460 mil. A droga foi encontrada no	244kg de maconha e 02 veículos.	8	3

				<p>caminhão Mercedes Benz, modelo 1313, cor amarela, tipo baú, placa MNS-1290, Embu-Guaçu (SP), que era conduzido pelo caminhoneiro A. N. D., que receberia R\$ 7 mil pelo transporte. Estava acondicionada em 13 caixas com capacidade para 20 quilos. Junto com o caminhoneiro, encontrava-se J. E. S. A maconha seria entregue em Imperatriz a C. A. C. M. que é suspeito de envolvimento no assalto ao Armazém Paraíba em Imperatriz, fato ocorrido no mês de setembro, e que receberia R\$ 2 mil para receber e distribuí-la na cidade e região. A segunda apreensão ocorreu no dia 08 de novembro, quando, após denúncia anônima, policiais federais da DPF/ITZ/MA permaneceram durante o fim de semana aguardando a chegada de um veículo FIESTA Sedan, com placa de Campo Grande/MS, trazendo cocaína para ser distribuída na região tocantina.</p>			
07 e 08/11	SATURAÇÃO	Tráfico de Entorpecentes	DARCINOPOLIS/TO E PORTO FRANCO/MA	<p>EQUIPE DE POLICIAIS FEDERAIS deslocou-se até os municípios de Darcinópolis/TO e Porto Franco/MA, para realizar barreira policial, com intuito de dar andamento a operação saturação, contra o tráfico de drogas.</p>	14kg de Pasta Base de cocaína e 01 veículo Ford Fiesta	6	3
16/11	-	Homicídio do Delegado Federal Aposentado Hélio Romão	Divisa do MA com TO	<p>Equipe de PFs de Imperatriz deslocou no dia 16/11/2011 até a cidade de Palmeira do Tocantins/TO para realizar barreira policial com o objetivo de realizar abordagem em ônibus proveniente da cidade de Goiânia, a fim de prender suspeitos de envolvimento no crime de Latrocínio do DPF HELIO ROMÃO, ocorrido no dia 13/11/2011 em</p>	-	6	3

				Brasília/DF.			
23/11	-	Tráfico de Entorpecentes	SÃO LUIS/MA	A PF prendeu, na manhã do dia 23.11 dois homens no bairro Cruzeiro de Santa Bárbara, em São Luís. As prisões aconteceram em uma casa onde foram encontrados 27,7 kg de cocaína juntamente com materiais e substâncias (bicarbonato de sódio e cloridrato de lidocaína) usados na transformação da cocaína em crack.	27,7kg de cocaína com materiais e substâncias (bicarbonato de sódio e cloridrato de lidocaína) usados na transformação da cocaína em crack.	5	2
24/11	-	Tráfico de Entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Policiais Federais receberam informações de que traficantes trariam drogas para São Luís vindos do interior do estado do Maranhão. Com a descrição do veículo, equipes se deslocaram até o posto da PRF em Pedrinhas na altura do Km 14 da BR 135, onde abordaram o veículo em que estavam dois homens identificados como M.P.A.S. e A.M.L.C. Ao proceder a uma busca no carro os policiais localizaram sobre o banco traseiro uma sacola com 13,5 kg de cocaína.	13,5kg cocaína	5	2
25/11	MAHYAH	Tráfico Internacional de Entorpecentes	SÃO LUIS/MA	Cumprimento a um mandado de prisão preventiva e um mandado de busca e apreensão contra os crimes de tráfico interestadual de drogas e sua associação. O foco da operação fica em Porto Esperidião/MT por ser a cidade onde mora o principal investigado. Ao longo dos 10 últimos meses, 18 pessoas foram presas e apreendidos 230,5 kg de pasta base de cocaína, R\$ 40 mil em dinheiro, além de diversos veículos. Ao todo, foram cumpridos 49 mandados de prisão preventiva e 39 de busca e apreensão nos Estados de Goiás, Tocantins, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão,	1 veículo e 1 moto		

				Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí.			
25/11	ANJOS DO ASFALTO	Desvio de verbas públicas federais	SÃO LUIS/MA	A operação cumpriu 27 mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal, em oito estados (MG, RO, SP, RJ, MA, PI, AC e DF), envolvendo mais de 160 policiais federais e 20 analistas da Controladoria-Geral da União. Em São Luís/MA uma equipe da PF/MA cumpriu um mandado de busca e apreensão em uma residência onde funcionava um escritório de engenharia.	Apreendidos diversos documentos.	4	-

Fonte: DREX, DRCOR/SR/DPF/MA e Delegacias Especializadas.

No Quadro de operações acima, foi mostrada a atuação da Unidade nas principais ações operacionais realizadas no exercício. Em 42 operações realizadas a SR/DPF/MA conseguiu realizar 138 prisões por vários crimes cometidos, respondendo o tráfico de entorpecentes por mais da metade delas. Ressalte-se que não estão incluídas as prisões realizadas pelo Núcleo de Operações em cumprimento a mandados de prisão expedidos pela Justiça.

Abaixo, segue o quantitativo de apreensões de drogas ilícitas no Estado do Maranhão, números estes que superam o exercício anterior:

Quadro XXXVII – Apreensões de Entorpecentes

SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE
Maconha (kg)	284,56
Cocaína (kg)	33,33
Pasta base (kg)	265,17
Crack (kg)	3,315
Pés de maconha destruídos (un)	27.198
Mudas de maconha destruídas (un)	25.408
Sementes de maconha destruídas (kg)	15.000
Número de Presos (un)	70

Fonte: DRE e Intranet/SR/DPF/MA com dados da DPF/CXA/MA e DPF/ITZ/MA.

Com relação ao tráfico de armas no Estado a unidade não realizou operação específica para combatê-lo, mas, através das apreensões das operações detalhadas no Quadro XXXVI, dezenas de armas foram tiradas deste mercado negro, com destaque para as apreensões das Operações VENDAVAL e HADES. Através do SINARM (Sistema Nacional de Armas), a SR/DPF/MA realizou as seguintes atividades:

Quadro XXXVIII – Produção do SINARM

SERVIÇO	2011	2010	% 2011/2010
Registros de arma de fogo	333	7589	4,38%
Autorizações para compra de arma de fogo	231	581	39,75%
Portes de arma de fogo emitidos	32	74	43,24%
Portes de arma de fogo negados	54	72	75,00%
PRINCIPAL PASSIVO ATUAL	QUANT		
Registros de arma de fogo pendentes (Correios)	00		
Registros de arma de fogo pendentes (Campanha Desarmamento de 2009)	00		

Legenda: SERVIÇO - Descrição do serviço prestado. 2011 - Quantificação do serviço prestado durante o ano de 2011.

2010 - Quantificação do serviço prestado durante o ano de 2010.

% 2011/2010 – Comparativo, em percentual, do serviço durante o ano de 2011 e o ano de 2010.

Fonte: SINARM.

Houve uma redução brusca nos dados, principalmente nos registros emitidos devido à campanha de desarmamento, bem como a intensificação no controle das armas, tendo em vista que, segundo dados oficiais do Ministério da Justiça, do total de homicídios registrados por ano no Brasil, 80% são cometidos com armas compradas legalmente.

Outra atribuição de atividade-fim de suma importância para a área policial são as perícias e laudos referentes às ações de criminalística e identificação. A SR/DPF/MA segue os padrões da Criminalística do INC/DITEC/DPF, tanto na execução dos exames como na elaboração do laudo. De acordo com a área da perícia e a complexidade do exame tem-se preferencialmente utilizado uma dupla de Peritos, mas em alguns casos apenas um perito tem executado a rotina completa. Resumem-se a seguir os resultados atingidos, incluindo outros “produtos” do SETEC/SR/DPF/MA.

No exercício foram solicitadas 391 perícias, que adicionadas às 14 pendências do final do ano de 2010, resultaram em 405 solicitações em carteira em 2011. Esta demanda foi atendida com a emissão de 505 documentos técnicos (laudos periciais, informações técnicas e informações), conforme a seguir:

Quadro XXXIX – Atividades do Setor Técnico-Científico

Tipo de Documento	Total
Informação	29
Informação Técnica	41
Laudo	437
Memorando	332
Ofício	90
Relatório Técnico	01
Total geral	861

Fonte: SisCrim em 31/12/2011.

O quadro a seguir mostra, comparativamente, a produtividade (apenas laudos) dos quatro anos anteriores, com as pendências ao final de cada ano.

Quadro XL – Comparativo de Laudo Emitidos

	2008	2009	2010	2011
Nº de solicitações de perícia	838	627	582	391
Nº de laudos emitidos	947	647	624	437
Nº de pendências ao final do ano	149	65	14	13
PRODUTIVIDADE NO ANO	113 %	103 %	107 %	111 %

Fonte: SisCrim

Na relação acima estão computadas as pericias executadas em apoio ao SETEC da Bahia, UTEC/ITZ/MA e ao ICRIM/MA da Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão.

Destaca-se que a SR/DPF/MA realizou a capacitação de seus servidores, tanto na área policial como na administrativa, mas sempre contingenciando valores orçamentários, visando a realização de suas operações policiais. Abaixo, segue algumas dos principais eventos de capacitação que os servidores da unidade participaram:

Quadro XLI – Atividades de Capacitação de Servidores

OBJETIVO	ÁREA CONTEMPLADA	SERVIDORES PARTICIPANTES	PERÍODO (ANO 2011)	LOCAL
PARTICIPAR DO GRUPO DE TRABALHO DO CADERNO DIDÁTICO DE POLÍCIA PREVIDENCIÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO DAS ATIVIDADES.	POLICIAL	1	23/01 A 11/02	BRASÍLIA/DF
MINISTRAR CURSO PARA OS FISCAIS DE CONTRATO	ADMINISTRATIVA	15	12 A 15/01	CAXIAS E IMPERATRIZ/MA
PARTICIPAR DO CURSO HIGH RISK WARRANT SERVICE OPERATIONS OFERECIDO PELO DEA/EUA, DESENVOLVIDO PELA SWAT	POLICIAL	1	21 A 30/01	LOS ANGELES/EUA
PARTICIPAR DO CURSO DE PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS.	POLICIA	1	30/01 A 03/02	SÃO PAULO/SP
PARTICIPAR DO EXERCÍCIO SIMULADO DE APODERAMENTO ILÍCITO DE AERONAVES – ESAIA E EXERCÍCIO SIMULADO DE AMEAÇA DE BOMBA – ESAB	POLICIAL	1	01 A 04/02	IMPERATRIZ/MA
PARTICIPAR DO CURSO DE TRATAMENTO DE IMAGENS PARA PAPIOSCOPIA – TURMA II NO INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO	POLICIAL	1	20 A 25/02	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO II CURSO SOBRE SEGURANÇA PRIVADA, PROMOVIDO PELA COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA	POLICIAL	4	14 A 18/03	BELÉM/PA
PARTICIPAR DO I CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES DE AÇÕES EDUCACIONAIS EAD – 2011, NA ANP/DPF	POLICIAL	1	27/02 A 05/03	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO 2º MÓDULO DO CURSO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS PREDIAIS	POLICIAL	1	24/03 A 02/04	SÃO PAULO/SP
PARTICIPAR DO VIII CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS.	POLICIAL	1	12/04 A 23/08	BRASÍLIA/DF

PARTICIPAR DA XXXI REUNIÃO ORDINARIA DO CONSENE	POLICIAL (O SR/DPF/MA)	01	31/07 A 02/08	NATAL/RN
PARTICIPAR DO CURSO SOBRE TÉCNICAS DE ENTREVISTAS E INTERROGATÓRIOS.	POLICIAL	1	08/08 A 13/08	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DE TREINAMENTO ON LINE PARA EDITORES GERAIS DE CONTEÚDO DO PORTAL INTRANET DA SR/MA	ADMINISTRATIVO	01	05 A 07/09	SÃO LUIS/MA
PARTICIPAR DO IV CURSO E NEGOCIAÇÃO EM CRISES.	POLICIAL	1	03 A 14/10	BRASÍLIA/DF
CURSO DE TREINAMENTO BÁSICO EM INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITE SAR/ALOS	POLICIAL	1	23 A 28/10	BRASÍLIA/DF
MINISTRAR PALESTRA NO SEMINÁRIO DE TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO DE DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS, NA SR/DPF/BA.	POLICIAL	1	23 A 28/10	SALVADOR/B A
PARTICIPAR DO III CURSO DE ANÁLISES AVANÇADAS EM FRAUDES BANCÁRIAS.	POLICIAL	3	30/10 A 25/11	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO I CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE PROFESSORES DE DEFESA PESSOAL POLICIAL	POLICIAL	1	23 A 30/11	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO, TRÁFICO DE ARMAS, DROGAS E CRIMES VIOLENTOS	POLICIAL	1	21 A 25/11	FOZ DO IGUAÇU/PR
MINISTRAR O CURSO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	POLICIAL	01	25/11 A 03/12	MARIBO/SURI NAME
PARTICIPAR, COMO ALUNO, DO CURSO DE ALINHAMENTO DE INSTRUTORES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, QUE SERÁ REALIZADO NA ANP	POLICIAL	02	04 A 17/12	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO XII CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES POLICIAIS.	POLICIAL	13	28/11 A 03/12	SÃO LUIS/MA

PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL "COMBATE À CORRUPÇÃO, CRIMES FINANCEIROS E LAVAGEM DE DINHEIRO".	POLICIAL	03	04 A 10/12	NATAL/RN
PARTICIPAR DO CURSO DE TÉCNICAS OPERACIONAIS EM SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS PARA GRANDES EVENTOS	POLICIAL	08	11 A 18/12	BRASÍLIA/DF
REPRESENTAR O SUPERINTENDENTE REGIONAL NA XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSENE	POLICIAL	01	08 A 09/12	FORTALEZA/CE
PARTICIPAR DE VÍDEO CONFERÊNCIA NA SR/DPF/MA, RELATIVA A NOVAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA GESP (SEGURANÇA PRIVADA)	POLICIAL	05	22 A 23/09	SÃO LUIS/MA
PARTICIPAR DO II CURSO DE GERENCIAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO(SPIUNET) E REGULARIZAÇÕES DAS CONTAS REGISTRADAS NO SIAFI	ADMINISTRATIVA	01	14 A 20/08	BRASÍLIA/DF
PARTICIPAR DO CURSO SOBRE NOVO CPR	ADMINISTRATIVA	02	11 A 14/12	BRASÍLIA/DF
MINISTRAR O MÓDULO 2 (LEGISLAÇÃO E SINARM) PARA O CAT - CURSO DE ARMAMENTO E TIRO DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS	ADMINISTRATIVA	01	06/06	SÃO LUIS/MA
CAPACITAR SERVIDORES, NA DPF/CXA/MA, A FIM DE QUE POSSAM SOLUCIONAR PENDÊNCIAS LOCAIS DO SISTEMA SCDP, PARA REDUZIR O TEMPO DAS RESTRIÇÕES DA CONFORMIDADE DE GESTÃO.	ADMINISTRATIVA	05	12 A 14/05	CAXIAS/MA
CAPACITAR SERVIDORES, NA DPF/CXA/MA, A FIM DE QUE POSSAM SOLUCIONAR PENDÊNCIAS LOCAIS DO SISTEMA SCDP, PARA REDUZIR O TEMPO DAS RESTRIÇÕES DA CONFORMIDADE DE GESTÃO.	ADMINISTRATIVA	10	18 A 21/05	IMPERATRIZ/MA
TREINAMENTO NO SISTEMA DE TARIFAÇÃO DOS TELEFONES DA DPF/CXA/MA	ADMINISTRATIVA	15	11 A 16/08	CAXIAS/MA

TREINAMENTO NO SISTEMA DE TARIFAÇÃO DOS TELEFONES DA DPF/CXA/MA	ADMINISTRATIVA	20	13 A 19/10	IMPERATRIZ
PARTICIPAR DE TREINAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO ALMOXARIFADO DO SISTEMA E-LOG	ADMINISTRATIVA	01	18 A 23/09	BRASÍLIA/DF
INSTALAR, CONFIGURAR E DAR TREINAMENTO AOS SERVIDORES DA CGCSP, DO SISTEMA SIGEPOL.	ADMINISTRATIVA	10	01 A 07/12	BRASÍLIA/DF
PALESTRA SOBRE “CRIMES RELACIONADOS À INFORMÁTICA”	POLICIAL	01	30/09	SÃO LUIS/MA
VÍDEO-CONFERÊNCIA SOBRE: FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE CONTRATOS (E-LOG), COM DESTAQUE PARA AS ATIVIDADES DO FISCAL DE CONTRATOS	ADMINISTRATIVA	12	15/08	SÃO LUIS/MA
I WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS EM INQUÉRITOS POLICIAIS	POLICIAL	20	10/11	SÃO LUIS/MA
I SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO “OS MILITARES E A MÍDIA”	POLICIAL	01	07 A 11/11	SÃO LUIS/MA
III JORNADA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CÍVEIS E CRIMINAIS	POLICIAL	01	15 E 16/09	SÃO LUIS/MA
12ª EDIÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES POLICIAIS	POLICIAL	50	28/11 A 03/12	SÃO LUIS/MA

Fonte: SIGEPOL/SR/DPF/MA

No quadro acima, em 41 eventos realizados, a SR/DPF/MA realizou a capacitação de servidores, número menor que o ano anterior devido principalmente às restrições financeiras impostas pelos órgãos centrais do DPF. Houve um crescimento no número de cursos realizados na própria Unidade, bem como em suas delegacias no interior do Estado, além do uso de vídeos-conferência, diminuindo assim despesas decorrentes de viagens. As atividades abrangeram a maioria das áreas de atuação da polícia federal, com destaque para o planejamento de operações policiais, segurança privada, direitos humanos, perícias contando com o apoio da Academia Nacional de Polícia-ANP, Instituto Nacional de Criminalista, SWAT americana, além de realizar com apoio de outras instituições, cursos na área de recursos humanos, gestão orçamentária e gestão pública para servidores administrativos. Também, houve implementação nos treinamentos de tiros obrigatórios a todos os policiais federais lotados na SR/DPF/MA. A ANP determina que todo policial deve ter necessariamente 32 horas-aulas de tiro por ano efetuando um total de 400 disparos. Houve treinamento com pistolas 9mm e sub-metralhadoras com participação de mais de 60% do efetivo da SR, além de treinamento nas DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA.

Por fim, conforme já demonstrado no Plano de Ação da Unidade, foi criado o GSI e a Operação CARAVELAS que impulsionaram a SR/DPF/MA até o primeiro lugar nacional na produtividade de inquéritos policiais. Abaixo, segue a comparação da produtividade das delegacias especializadas da sede da SR neste exercício com o ano anterior.

Quadro XLII – Estatística das Delegacias

DELEGACIA	QUANTIDADE IPL RELATADOS	QUANTIDADE IPL INSTAURADOS	PRODUTIVIDADE 2011 ¹	PRODUTIVIDADE 2010
DELEMIG	35	8	437,5 %	2400,0 %
DELEPREV	207	105	197,1 %	119,6 %
DELEFAZ	506	181	279,5 %	243,7 %
DELINST	506	131	386,2 %	142,6 %
DELESP	19	0	divisão por zero	500,0 %
DELEMAPH	78	34	229,4 %	69,2 %
DELEPAT	55	65	84,6 %	67,8 %
DELEARM	7	61	11,4 %	80,0 %
DELEFIN	20	14	142,8 %	110,0 %
DRE	78	61	127,8 %	165,3 %
DPF/CXA/MA	240	195	123,0 %	120,0 %
DPF/ITZ/MA	421	224	188,0 %	158,0 %

Fonte: SINPRO e SISCART

¹ → A produtividade das delegacias dar-se-á por: n° IPL relatados/n° IPL instaurados

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No exercício 2011 a SR/DPF/MA continuou enfrentando dificuldades para realização de sua função constitucional e realização de seus serviços, devido às restrições orçamentárias e contingenciamento de recursos, mas, através de um planejamento estratégico realizou ações que dinamizaram a produção de polícia judiciária e administrativa. A SR/DPF/MA, considerando a sede e suas duas Delegacias no interior, através dessas ações conseguiu sair de uma situação delicada de uma carga de 4.735 inquéritos em andamento para 3514, ou seja, houve uma redução de 26% de IPL's não concluídos comparado com 2010. O número ainda é alto, mas o planejamento para 2012 seguirá a mesma conduta instaurada neste exercício. Além disso, a SR/DPF/MA terminou o ano em primeiro lugar em relação à finalização de IPL's adotada pela Corregedoria Geral do DPF. Tendo em vista que a Unidade priorizou a produtividade judiciária o número de operações deflagradas em 2011 diminuiu em relação ao ano anterior. O custo logístico da execução das mesmas, considerando o contingenciamento dos recursos humanos e financeiros, também contribuiu.

Ainda assim, a SR/DPF/MA realizou a prisão de 138 pessoas e apreensões de drogas ilícitas nas circunscrições da Sede da SR/DPF/MA, DPF/ITZ/MA e DPF/CXA/MA que superaram as apreensões de 2010, principalmente de cocaína e maconha. A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito nas diversas operações desencadeadas.

Destacamos, então que como polícia administrativa da União, a SR/DPF/MA produziu números superiores a 2010, seja na grande arrecadação do FUNAPOL, consequência do aumento na emissão e entrega de passaporte, na fiscalização de produtos químicos, no controle de armas que ocasionou uma redução no número de registro e porte de armas, bem como na fiscalização de empresas de segurança privada e controle dos portos e aeroportos.

O trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede DPFNet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros. No que diz respeito à telefonia, foi instalado um sistema de tarifador de chamada que discrimina todas as ligações emitidas pela Unidade, controlando sobremaneira os gastos realizados. A Unidade utiliza o sistema SIGEPOL em que as comunicações e expedientes são realizados eletronicamente, diminuindo os custos com papel.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos Centrais contribuiu para uma melhora em relação ao exercício anterior. As soluções encontradas pela SR/DPF/MA para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, consistiram na racionalização e na definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e,

principalmente, de servidores administrativos. O DPF já solicitou e aguarda a autorização para concursos por parte do Ministério do Planejamento e Gestão, mas enquanto isso não ocorre perdemos dois ou três servidores administrativos por aposentadoria, licenças ou remoções.

Com a necessidade realizar licitações, gerenciamento e pagamentos de contratos em tempo menor, recebimento de materiais, controle e manutenção de viaturas, conformidade contábil e de gestão, protocolo, controle de Material, secretariado nos gabinetes a demanda administrativa só aumenta. Assim, a unidade prima e tem buscado uma melhor eficiência na execução dos serviços administrativos porquanto realizamos as mesmas e, talvez, até mais atividades do que em anos anteriores, mas com menor número de servidores. Entretanto, a persecução da eficiência já está limitada pela redução do quadro de pessoal.

Desse modo, a SR/DPF/MA atuou no exercício com planejamento de ações visando melhorar alguns déficits em suas atividades de polícia judiciária e administrativa conseguindo relevantes resultados que serão considerados na definição dos objetivos estratégicos para o exercício 2012.

ANEXOS

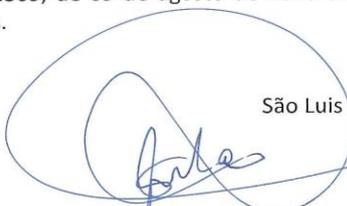
Declaração da área responsável pela Gestão de Contratos

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, CÉLIO SANTANA LISBOA, CPF nº 857.433.563-00, (Agente Administrativo), exercido na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Maranhão declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luis (MA), 16 de março de 2012.



Célio Santana Lisboa
CPF 857.433.563-00
Agente Administrativo/SR/DPF/MA

Informações Contábeis da Gestão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE MA – SR/MA/DPF	200388 - 200389
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200388, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p style="text-align: center;">Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8